

Pobreza em Moçambique

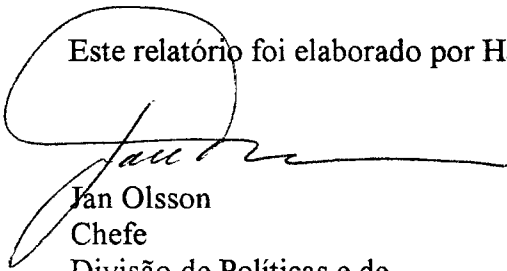
Hans Falck

Relatório Económico do País

2001:4

Este relatório económico de país sobre Moçambique faz parte de uma série de estudos anuais, que são empreendidos pelos departamentos de economia de três universidades suecas em colaboração com os departamentos regionais da Asdi ao abrigo de um acordo com o Secretariado para Políticas e Análise Socio-Económica. O objectivo destes estudos é melhorar a análise económica e o conhecimento por parte da Asdi dos países-programa da cooperação sueca para o desenvolvimento de modo a aumentar a eficácia do apoio a programas bem como a projectos.

Este relatório foi elaborado por Hans Falck.



Jan Olsson
Chefe
Divisão de Políticas e de
Análise Sócio-Económico

AGÊNCIA SUECA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO

Endereço postal: S-105 25 Stockholm, Suécia. Sede: Sveavägen 20, Stockholm
Telefone: + 46 (0)8-698 50 00. Telefax: + 46 (0)8-20 88 64. Telegrama: Asdi Stockholm.
Giro postal: 1 56 34-9. VAT. No. SE 202100-478901
Asdi Homepage: <http://www.sida.se>
ISBN 91-586-8963-x
ISSN 1404-031X
Número do artigo: SIDA4103pt

Pobreza em Moçambique

Hans Falck

Instituto de Investigação Económica

Universidade de Lund

Índice de Matérias

Índice de Matérias.....	i
Tabelas e figuras.....	ii
Sumário.....	iii
Introdução.....	1
<i>Entendendo a Pobreza e o Bem-Estar em Moçambique: a primeira Avaliação Nacional</i>	2
Bem-estar como uma função de consumo.....	3
Consumo.....	3
Linhas de pobreza.....	4
Índices de pobreza.....	6
Perfil de pobreza.....	6
Conclusões – Perfil de pobreza.....	12
Determinantes de pobreza.....	13
Determinantes rurais de consumo e pobreza.....	14
Determinantes urbanos de consumo e pobreza.....	15
As simulações.....	16
Avaliação da Pobreza - resumo.....	18
Programas do Governo.....	19
O Plano de Desenvolvimento.....	19
O Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA).....	22
Objectivos, alvos e indicadores do <i>PARPA</i>	24
A <i>Avaliação da Pobreza</i> e o <i>PARPA</i>	28
A ajuda sueca num contexto moçambicano.....	30
Princípios da redução sueca da pobreza.....	30
Pré-requisitos para o crescimento e o desenvolvimento económicos.....	31
Estratégias suecas de desenvolvimento.....	32
A ajuda sueca em Moçambique.....	34
O PARPA e a ajuda sueca a Moçambique.....	35
Conclusões.....	44
Referências.....	48
Anexo 1 Indicadores de Monitoria Anuais e Quinquenais.....	51
Anexo 2 Variáveis Macroeconómicas.....	52

Tabelas e figuras

Tabelas

Tabela 1 Componentes do consumo agregado e parcelas médias.....	4
Tabela 2 Linhas de pobreza alimentar, não-alimentar e total, e índice espacial de preços	5
Tabela 3 Estimativas da pobreza regional.....	7
Tabela 4 Estimativas da pobreza provincial.....	8
Tabela 5 Total das mudanças no nível de consumo e pobreza (resultados de simulações).....	17

Tabelas (Anexos)

Tabela A.1.1 Indicadores anuais	51
Tabela A.2.1 Finanças públicas, 1993-98 (em bilhões de meticais).....	52
Tabela A.2.2 Produção bruta 1993-97 (em bilhões de meticais)	52
Tabela A.2.3 Balança de pagamentos, 1993-98 (em milhões de US dólares, salvo especificação em contrário).....	53
Tabela A.2.4 Inquérito Monetário, <i>stocks</i> , 1993-97 (em bilhões de meticais).....	53

Figura

Figura 1 Consumo provincial médio (MT/pessoa/mês).....	9
--	---

Em especial, acções de formação dirigidas às mulheres parecem ser importantes para a redução do nível de pobreza. Para além da educação, a área de maior importância para o consumo e a pobreza é o número de membros dos agregados familiares. Um aumento da razão de dependência de um agregado familiar aumenta o nível de pobreza através dos seus efeitos negativos no consumo. Além disso, as simulações mostram que as infra-estruturas económicas têm um grande impacto na pobreza rural, visto que um aumento da disponibilidade de serviços, tais como mercados, bancos, telefones públicos, etc., aumenta o consumo *per capita* de forma substancial. As simulações mostram que o crescimento económico tem o potencial de reduzir a pobreza de forma significativa.

- Com base nas simulações empreendidas e nos resultados do perfil de pobreza, a *Avaliação da Pobreza* chama a atenção para seis áreas que deverão fazer parte de uma estratégia de redução da pobreza para Moçambique (GOM 1998:182): maior investimento na educação; crescimento económico sustentado; um padrão sectorial de crescimento que favoreça um crescimento mais rápido nos sectores industrial e dos serviços; medidas para aumentar a produtividade agrícola; melhores infra-estruturas rurais; redução da taxa de fecundidade e da carga de dependência no âmbito dos agregados familiares.

Programas do Governo

- O Governo moçambicano declarou que o seu objectivo principal a médio e longo prazo é a redução da pobreza. Para alcançar este objectivo o Governo encontra-se no processo de preparação de um programa de desenvolvimento (PD) planeado para cobrir períodos quinquenais e que visa fornecer um enquadramento geral para as políticas a médio prazo do Governo (GOM 2000:12). O *PARPA* é um de vários documentos de planeamento do Governo. O *PARPA*, que foi elaborado por vários ministérios públicos subordinados ao Ministério do Plano e Finanças, é considerado a primeira tentativa de fornecer um instrumento de políticas abrangente com o propósito explícito de combater a pobreza.
- O *PARPA* está ligado às *Linhas de Acção*, que especificam o mecanismo para avaliação, coordenação e medidas de financiamento para a erradicação da pobreza. As *Linhas de Acção* concluem que o crescimento económico e o investimento em capital humano são pré-condições fundamentais para alcançar esta meta. Os objectivos gerais apresentados nas *Linhas de Acção* são completados com os objectivos e os alvos específicos no *PARPA*, que pode consequentemente ser visto como uma forma de concretizar as intenções das *Linhas de Acção*. Ao objectivo global previsto nas *Linhas de Acção* de Moçambique de reduzir a incidência da pobreza absoluta para 50 por cento em dez anos, o *PARPA* acrescenta um objectivo interino de reduzir o nível de incidência para cerca de 60% até ao ano de 2004.
- O *PARPA* é multidimensional, uma vez que por um lado define programas e actividades para todos os níveis da sociedade moçambicana (nacional, provincial, sectorial e local) e por outro lado cobre aspectos económicos, sociais, políticos e culturais. Também é abrangente no sentido em que não só identifica os objectivos de redução da pobreza como também especifica os alvos que têm de ser atingidos e os indicadores que têm de ser monitorados neste processo.
- O *PARPA* consiste em cinco partes, em que as três primeiras apresentam o objectivo global de redução da pobreza, o perfil e os determinantes de pobreza, o enquadramento demográfico e macroeconómico e os esforços desenvolvidos até agora no sentido de criar

Sumário

Entendendo a Pobreza e o Bem-Estar em Moçambique: a primeira Avaliação Nacional

- De Fevereiro de 1996 a Abril de 1997 o Instituto Nacional de Estatística (INE) empreendeu o inquérito a agregados familiares mais amplo e abrangente até hoje, o Inquérito Nacional aos Agregados Familiares sobre as Condições de Vida (MIAF). Este inquérito aos agregados familiares, baseado em 8,274 agregados familiares, tem representatividade nacional, visto que cobre as áreas rurais e urbanas das dez províncias de Moçambique. Com base no MIAF, foi concebida e implementada a avaliação da pobreza *Entendendo a Pobreza e o Bem-Estar em Moçambique: a primeira Avaliação Nacional*.
- A *Avaliação da Pobreza* trata da pobreza absoluta. Os pressupostos quanto à ingestão de calorias diárias suficientes determinam o que é considerada a necessidade alimentar suficiente (aproximadamente 2,150 quilocalorias por dia). Habitação, educação e rendas são exemplos de bens não-alimentares incluídos no estudo. A linha de pobreza nacional foi calculada em 5,433 MT por pessoa por dia. Estima-se o consumo mensal médio real *per capita* por ano em 160,780 MT (US\$ 170), o que coloca o país entre os mais pobres do mundo. O índice nacional de incidência da pobreza indica que 69.4 por cento ou 10.9 milhões da população consomem a um nível inferior ao definido pela linha de pobreza e, conseqüentemente, poderiam ser considerados pobres absolutos. A pobreza afigura-se consideravelmente mais elevada nas áreas rurais do que nas áreas urbanas.
- A *Avaliação da Pobreza* conclui que embora outros factores, tais como a guerra, surtam efeitos devastadores para as condições de vida da população moçambicana, a pobreza é em grande medida estrutural. São realçadas várias áreas (*Avaliação da Pobreza* 1998:91): “níveis baixos de capital humano, incluindo níveis educacionais baixos e a saúde precária da maioria da população; baixa produtividade no sector agrícola, onde a maioria dos moçambicanos estão empregados; infra-estruturas físicas débeis e mau acesso a serviços básicos, incluindo água potável, postos/centros de saúde, transportes, vias de comunicação e mercados; taxas de fecundidade elevadas e razões de dependência elevadas correspondentes”.
- A *Avaliação da Pobreza* indica que as diferenças regionais da pobreza são grandes. Todos os índices de pobreza indicam que as províncias da zona centro do país são mais pobres do que as das zonas norte e sul. Maputo sobressai como a mais rica das áreas analisadas. Outra conclusão importante é que as diferenças entre os pobres e os não-pobres para muitas das variáveis analisadas são bastante pequenas. As condições de vida dos que consomem o suficiente para serem caracterizados como não-pobres são apenas marginalmente melhores do que as para os pobres. Para as variáveis relacionadas com a educação e com os cuidados de saúde as diferenças baseadas no género e rurais/urbanas revelam ser mais importantes do que as diferenças baseadas no consumo. O acesso rural à maior parte dos serviços, tais como educação, serviços de saúde, mercados, infra-estruturas, etc. é muito pior do que para as áreas urbanas.
- Simulações baseadas numa análise multivariada mostram que as variáveis que têm o maior impacto no consumo e na pobreza são as que estão relacionadas com a educação.

um ambiente económico favorável. Os objectivos e os alvos específicos de redução da pobreza, incluindo as matrizes pormenorizadas dos sectores, são apresentados para o período de 2000-2004 na quarta parte. Na parte final são enumerados os indicadores para monitoria do alcance dos objectivos do *PARPA*.

- Para atingir o objectivo de redução da pobreza foram definidos nove objectivos intermédios relacionados com diversos sectores da economia moçambicana: manter um crescimento rápido e sustentável; desenvolver capital humano através de investimentos na educação, na saúde, no acesso a água potável e saneamento; aumentar a produtividade agrícola no sector dos agregados familiares; desenvolver e melhorar as infra-estruturas rurais; proteger os grupos mais vulneráveis; promover o emprego e o auto-emprego; melhorar a capacidade institucional e técnica em questões de pobreza; melhorar a afectação dos recursos disponíveis e da ajuda externa; e reduzir assimetrias regionais (GOM 2000:Tabela 1).
- Cada um dos objectivos intermédios corresponde a um número de objectivos específicos, que juntamente com alvos e programas do Governo se encontram especificados no *PARPA*. Os objectivos estão coordenados com os planos estratégicos dos sectores e serão actualizados todos os anos. O objectivo do *PARPA* é coordenar actividades de redução da pobreza nos diversos sectores definidos nos planos estratégicos dos sectores.
- Visto que o *PARPA* chama a atenção para o facto de a pobreza ser multidimensional, “esta requer o envolvimento de várias instituições na formulação de estratégias e programas de combate à pobreza, e na monitoria e avaliação da sua implementação” (GOM 2000:75). A estratégia irá envolver várias instituições, para além das governamentais, no planeamento, na formulação, na monitoria e na avaliação. Entre os grupos mencionados pelo Governo figuram o sector privado, representado pela comunidade empresarial, a sociedade civil e as ONGs, instituições académicas e de investigação e a imprensa moçambicana.
- Os progressos do *PARPA* serão monitorados quer anual quer quinquenalmente. Os diversos sectores serão monitorados todos os anos. Para poder avaliar e monitorar o andamento do programa, foram definidos indicadores que irão cobrir todos os passos do processo.

A ajuda sueca num contexto moçambicano

- Em termos de desembolso Moçambique é um dos maiores parceiros da Suécia de cooperação para o desenvolvimento. O propósito explícito da cooperação para o desenvolvimento entre a Suécia e Moçambique é o alívio à pobreza e o fortalecimento da democracia. O objectivo principal da cooperação sueca para o desenvolvimento é o combate à pobreza. Este objectivo principal está desagregado em seis alvos, que deverão ser coordenados para atingir o objectivo principal.
- A tónica na criação de um ambiente adequado à redução da pobreza também se reflecte no perfil sueco anti-pobreza que realça medidas em áreas tais como a promoção da democracia, dos direitos humanos e de uma boa governação; crescimento equitativo, capacidade humana e oportunidades, a garantia de segurança individual para os grupos mais pobres e mais vulneráveis e apoio relacionado com a resolução de conflitos e calamidades.

- Uma cooperação para o desenvolvimento entre a Suécia e Moçambique implica um desembolso anual de doações de cerca de MSEK 500 (MUSD 50) por ano. Para além de apoiar sectores específicos, uma grande fatia da assistência sueca para o desenvolvimento é dirigida ao apoio à balança de pagamentos e ao alívio da dívida. A democracia e os direitos humanos são outras áreas que recebem apoio sueco. Como parte da sua estratégia de alívio à pobreza a Suécia deseja dirigir o seu apoio às zonas norte e centro de Moçambique. O apoio integrado visa em particular a província do Niassa. Os sectores que recebem apoio são a educação, a investigação, as estradas, a energia, a agricultura, a cultura, a administração pública e o sector privado.
- Os objectivos gerais das estratégias de desenvolvimento sueca e moçambicana são obviamente os mesmos: reduzir a pobreza a curto prazo e erradicá-la a longo prazo. A nível de princípios também é possível encontrar uma boa correspondência entre os seis alvos intermédios suecos da ajuda e o perfil sueco de pobreza por um lado, e os objectivos intermédios do *PARPA* por outro.
- Quase toda a ajuda sueca a Moçambique pode ser categorizada de acordo com os objectivos do *PARPA*. Uma razão desta correlação elevada é evidentemente o facto de os objectivos do *PARPA* não serem muito controversos e em grande medida expressarem os conhecimentos já existentes da pobreza moçambicana. Antes do *PARPA* havia a percepção de que é necessário promover o crescimento, desenvolver o capital humano, melhorar as infra-estruturas, reduzir as disparidades urbanas/rurais, etc. para reduzir a pobreza. A contribuição do *PARPA* pode por outro lado ser observada na sua abordagem ampla, que visa envolver todas as partes interessadas, incluindo os doadores, no processo de redução da pobreza. O grande desafio para a Suécia e para outros doadores reside na coordenação eficaz do apoio entre si e com as acções do Governo e de outros doadores.

Conclusões

- O que é então novo nas estratégias sugeridas de redução da pobreza do *PARPA* moçambicano? Primeiro, existe agora uma estratégia ampla de combate à pobreza no sentido em que cobre todos os aspectos e sectores da sociedade com objectivos e alvos definidos para a maior parte das áreas. No entanto, a extensão do *PARPA* também levanta questões quanto a constrangimentos de capacidade. Por um lado, pode-se argumentar que embora a visão ampla do problema da pobreza expressa no *PARPA* seja basicamente positiva, poderá colocar um potencial problema devido às suas exigências de capacidade. Por outro lado, visto que a maior parte das actividades ministeriais têm de ser planeadas, implementadas e administradas independentemente da existência do *PARPA*, pode-se questionar se se poderia poupar muita capacidade sem esta estratégia. Além disso, a formulação dos objectivos do *PARPA* toma explicitamente em linha de conta a falta de capacidade administrativa de Moçambique.
- Segundo, o *PARPA* acentua a importância de divulgar a estratégia à população, o que se reflecte no que parece ser um compromisso genuíno do Governo de envolver todas as partes da sociedade moçambicana nestes esforços. Espera-se que o sector público, a sociedade empresarial, a sociedade civil, as organizações religiosas, as ONGs, etc. contribuam para a execução da estratégia de redução da pobreza. Até agora o processo de participação tem sido lento e pode-se consequentemente suspeitar que os conhecimentos do conteúdo da estratégia de redução da pobreza fora do Governo sejam limitados. Porém, pode-se contar com melhorias neste sentido, visto que o Governo, no fim do ano 2000,

apresentou um plano de acção de consultas para a continuação da divulgação e do processo de participação do *PARPA/PRSP*.

- Terceiro, todas as partes envolvidas concordam com a necessidade de propriedade nacional da estratégia de redução da pobreza. Quer o Governo quer os doadores multilaterais reconhecem a propriedade na íntegra por parte de Moçambique da estratégia de redução da pobreza conforme expresso no *PARPA*. Quarto, parece haver agora um interesse quer da parte moçambicana quer da parte de todos os doadores principais em coordenar as acções e os recursos de redução da pobreza. O lado avesso da coordenação de doadores proposta é que existe o risco de um efeito de “*ganging-up*”, i.e. de os doadores cerrarem fileiras e exercerem pressão sobre a capacidade administrativa.

Introdução¹

Moçambique figura entre os países com um *ranking* mais baixo em termos de medidas de pobreza, independentemente do facto de estas medidas serem qualitativas ou quantitativas. O PIB *per capita* de Moçambique é um dos mais baixos. Outros indicadores de bem-estar, tais como educação, saúde, água potável, etc. também colocam Moçambique entre os países mais necessitados do mundo.

Embora a existência de pobreza em Moçambique seja óbvia, tem havido opiniões divididas quanto ao tamanho e aos determinantes da pobreza. Uma razão destes pontos de vista diversos tem sido a falta de dados fidedignos das condições de vida da população. Os inquéritos que têm sido empreendidos têm sido demasiado limitados, quer em relação ao tamanho da sua amostra quer a nível geográfico. Porém, em 1996/97 o Instituto Nacional de Estatística (INE) empreendeu um inquérito amplo aos agregados familiares – o *Inquérito Nacional aos Agregados Familiares* sobre as Condições de Vida (MIAF) – que cobriu todo o país.

Com base na estatística do *Inquérito Nacional aos Agregados Familiares* foi publicada em 1999 a avaliação da pobreza “*Entendendo a Pobreza e o Bem-Estar em Moçambique: a primeira Avaliação Nacional*” (*Avaliação da Pobreza*). A *Avaliação da Pobreza* passou então a constituir a base em que o Governo formulou a sua estratégia *O Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta 2000-2004 (PARPA)* de combate à pobreza e que se encontra incluído como a parte mais importante do PRSP-interino.

Este estudo, que faz uma descrição da pobreza em Moçambique com base nestes documentos moçambicanos, está organizado em quatro capítulos. No primeiro capítulo descreve-se a situação da pobreza em Moçambique assente nos resultados da *Avaliação da Pobreza*. O segundo apresenta as medidas tomadas pelo Governo no sentido de reduzir a pobreza. O terceiro capítulo discute os princípios e as formas da ajuda sueca a Moçambique. Finalmente,

¹ Gostaria de agradecer a Maude Svensson, Karin Sverkén, Karin Andersson e aos participantes nos seminários em Maputo e em Estocolmo os seus comentários e as suas sugestões de valor a uma versão preliminar deste manuscrito. Além disso, gostaria de expressar a minha gratidão a funcionários e quadros do Governo moçambicano, do Banco de Moçambique, de diversas embaixadas, diversos bancos e organismos/organizações em Maputo pela prestação de informações úteis e de valor. Os meus agradecimentos especiais a Kenneth Simler, que leu e teceu comentários ao manuscrito integral de uma versão preliminar deste documento.

o último capítulo analisa a forma como a cooperação sueca para o desenvolvimento se adaptou às necessidades de Moçambique de redução da pobreza.

Entendendo a Pobreza e o Bem-Estar em Moçambique: a primeira Avaliação Nacional

De Fevereiro de 1996 a Abril de 1997 o INE empreendeu o inquérito a agregados familiares mais amplo e abrangente até hoje, o *Inquérito Nacional aos Agregados Familiares* sobre as Condições de Vida (MIAF). Este inquérito aos agregados familiares, baseado em 8,274 agregados familiares, tem representatividade nacional, visto que cobre as áreas rurais e urbanas das dez províncias de Moçambique.

Para além dos principais questionários, o inquérito aos agregados familiares usa questionários quer sobre as despesas diárias dos agregados familiares quer sobre as despesas pessoais. As divisões administrativas para as áreas urbanas são ‘distrito’, ‘bairro’ e ‘quarteirão’ e para as áreas rurais ‘distrito’, ‘posto administrativo’, ‘localidade’ e ‘aldeia’.

Com base no MIAF, o Ministério do Plano e Finanças, o Governo moçambicano, a Universidade Eduardo Mondlane e o Instituto Internacional de Pesquisa de Política Alimentar (IFPRI) conceberam e implementaram a avaliação da pobreza *Entendendo a Pobreza e o Bem-Estar em Moçambique: a primeira Avaliação Nacional*, que foi apresentada em Abril de 1999. A *Avaliação da Pobreza* por sua vez constitui a base do *Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA)* (2000) (vd. próximo capítulo).

A *Avaliação da Pobreza* está dividida em três partes, reflectindo diversos aspectos de pobreza e bem-estar. A pobreza é definida como uma medida da incapacidade de uma população de atingir um nível mínimo de bem-estar onde o bem-estar é um indicador de bem-estar individual. O que determina então o bem-estar individual? Um determinante importante é obviamente a possibilidade de consumir vários bens e serviços. Consequentemente, a primeira parte da *Avaliação da Pobreza* analisa a pobreza moçambicana em termos do poder de compra da sua população. Contudo, a *Avaliação da Pobreza* também reconhece que outros factores para além do consumo, tais como boa nutrição e saúde, alfabetização, acesso a água potável e um ambiente vital são e seguro, são importantes para determinar o bem-estar. A

segunda parte da *Avaliação da Pobreza* fornece provas empíricas dos determinantes de nutrição e segurança alimentar e de educação. Os aspectos de consumo e não-consumo do bem-estar e da pobreza não estão obviamente isolados uns dos outros. Por um lado, rendimentos mais elevados, e por esse meio as possibilidades de consumo, aumentam a probabilidade de conseguir a educação e a nutrição adequadas, enquanto por outro lado um nível de educação mais elevado e a ingestão de nutrição aumentam as probabilidades de conseguir um trabalho bem remunerado.

A terceira parte da *Avaliação da Pobreza* trata da questão de como o bem-estar individual, determinado quer pelo consumo quer pelo não-consumo, é afectado por transferências e redes de segurança social e económica dentro da sociedade moçambicana. Aqui a *Avaliação da Pobreza* estuda quer a transferência informal tradicional e o sistema de redes de segurança, com base nos parentes e nos amigos, quer o sistema formal moderno, iniciado pelo Governo.

Bem-estar como uma função de consumo

Na sua primeira parte, a *Avaliação da Pobreza* escolhe o consumo *per capita* como o seu indicador de bem-estar individual, e assim também da pobreza. Argumenta-se que o consumo reflecte o bem-estar realizado e é por conseguinte um melhor indicador de bem-estar do que por exemplo os rendimentos, que expressam um bem-estar potencialmente atingível.

Consumo

Para medir o consumo agregado a *Avaliação da Pobreza* serve-se dos resultados do inquérito aos agregados familiares. Tanto o consumo de bens alimentares como o de bens não-alimentares estão incluídos neste último consistindo quer em despesas directas quer em valores de utilização imputados.²

Os preços dos alimentos são ajustados sazonalmente devido a uma variação temporal significativa em todas as regiões. Pressupõe-se que os preços dos não-alimentos sejam temporalmente estáveis, o que é motivado pela falta de dados, pela inexistência de um padrão sazonal e por uma inflação baixa para o ano do inquérito aos agregados familiares.

Assente nos dados do MIAF, o padrão de consumo na Tabela 1 mostra como o consumo está dividido em diversos bens alimentares e não-alimentares. Não é de admirar que a maior parcela de despesas vá para o consumo de alimentos, em média, mais de 60 por cento do consumo total. A segunda maior rubrica de despesas – valor de uso de bens duradouros constitui 12 por cento do consumo total.

Tabela 1 Componentes do consumo agregado e parcelas médias

	Percentagem do consumo total
Alimentos	61.91
Valor de uso de bens duradouros	12.34
Não-alimentos do questionário de despesas diárias (sobretudo energia)	9.1
Habitação, incluindo valores imputados	6.04
Despesas não-alimentares trimestrais	5.51
Despesas não-alimentares mensais	3.55
Água e energia	0.87
Livros escolares	0.35
Propinas escolares	0.22
Transferências pagas	0.08
Água do questionário de despesas diárias	0.04
Total	100

Fonte: GOM 1998 (Tabela 1.6)

Linhas de pobreza

A seguir, a *Avaliação da Pobreza* define um nível de consumo de bens alimentares e não-alimentares que se pressupõe ser suficiente para atingir um nível mínimo de bem-estar. Na sequência da definição de pobreza, este nível de consumo, que forma o limiar da linha de pobreza, pode ser usado para caracterizar as pessoas como pobres ou não-pobres. A *Avaliação da Pobreza* trata da pobreza absoluta, o que implica que o nível de consumo que corresponde à necessidade mínima é fixo. Os pressupostos quanto à ingestão suficiente de calorias diárias determinam o que é considerado ser a necessidade alimentar suficiente (aproximadamente 2,150 quilocalorias por dia). Habitação, educação e rendas são exemplos de bens não-alimentares incluídos no estudo.

² Exemplos de valores imputados são rendas e valor de uso de bens de consumo duradouros.

São construídas linhas de pobreza para Moçambique na *Avaliação da Pobreza* com base na metodologia dos custos das necessidades básicas, o que implica que as linhas de pobreza totais são obtidas a partir das linhas de pobreza alimentar e não-alimentar. Assim, as linhas de pobreza mostram o montante de dinheiro necessário para satisfazer as necessidades mínimas quer do consumo alimentar quer do não-alimentar.³

A linha de pobreza nacional foi calculada em 5,433 MT por pessoa por dia. No entanto, visto que os custos e as condições de vida diferem de forma considerável nas diversas partes de Moçambique, não se considera que uma linha de pobreza única tenha representatividade para todo o país. Visto que os dados disponíveis não são suficientes para criar uma linha de pobreza para cada província, são construídas linhas de pobreza para diversos domínios geográficos onde cada domínio consiste em uma ou duas províncias. Na construção das linhas de pobreza dos domínios reconhecem-se diferenças de preços e padrões de consumo assim como diferenças rurais/urbanas.

Tabela 2 Linhas de pobreza alimentar, não-alimentar e total, e índice espacial de preços

	Linha de pobreza alimentar	Linha de pobreza não- alimentar	Linha de pobreza total	Índice espacial de preços
Niassa & Cabo Delgado – Rural	3011,47	1011,24	4022,71	0,74
Niassa & Cabo Delgado – Urbana	3686,83	1747,53	5434,36	1,00
Nampula – Rural	2742,00	617,17	3359,16	0,62
Nampula – Urbana	3642,28	1306,57	4948,86	0,91
Sofala & Zambézia – Rural	3718,80	1134,75	4853,55	0,89
Sofala & Zambézia – Urbana	5369,80	2230,26	7600,06	1,40
Manica & Tete – Rural	3845,31	868,07	4713,38	0,87
Manica & Tete – Urbana	5548,39	1865,99	7414,38	1,36
Gaza & Inhambane – Rural	4971,20	1461,70	6432,90	1,18
Gaza & Inhambane – Urbana	5713,96	2112,79	7826,75	1,44
Província de Maputo – Rural	5418,00	1898,18	7316,17	1,35
Província de Maputo – Urbana	6047,09	2666,80	8713,89	1,60
Cidade de Maputo	6192,15	2349,33	8541,48	1,57

Fonte: GOM 1998 (Tabela 1.12)

As linhas de pobreza e os índices de preços obtidos indicam grandes diferenças entre os diversos domínios. Podem-se discernir dois padrões. Primeiro, nos domínios do sul de

³ Por exemplo, pressupondo-se que uma pessoa necessita pelo menos de uma ingestão de calorias correspondente a 3,500 Meticais e de um consumo não-alimentar que monte a 1,500 Meticais por dia, a linha de pobreza será de 5,000 Meticais por dia.

Moçambique especialmente as linhas de pobreza alimentar, mas também as linhas de pobreza não-alimentar, tendem a ser a um nível mais elevado do que nos domínios do norte do país. Segundo, devido a preços mais elevados de bens de necessidades básicas nas cidades, o nível quer da linha de pobreza alimentar quer da não-alimentar é mais elevado em Maputo e nas cidades maiores do que nas áreas rurais. Isto implica que o montante de Meticais necessário para atingir o nível de calorias e de necessidades não-alimentares definido pelas linhas de pobreza é mais elevado nas áreas sul e urbanas relativamente às áreas norte e rurais, respectivamente.

Índices de pobreza

São usados três índices diferentes para medir a pobreza: O índice de incidência da pobreza (headcount index) mostra a percentagem da população nos agregados familiares com consumo *per capita* abaixo da linha de pobreza. Uma falha deste índice é que não toma em conta o grau de pobreza, i.e. não mede o nível baixo de consumo em relação à linha de pobreza. Por conseguinte, o índice de incidência da pobreza é completado pelos índices de *gap* da pobreza e de *gap* da pobreza ao quadrado. Ambos estes índices, que são calculados com base nas diferenças entre a linha de pobreza e o consumo *per capita*, diferem pelo facto de o índice do *gap* da pobreza ao quadrado conferir importância extra à parcela mais pobre da população na amostra.

Perfil de pobreza

Assente nos três índices de pobreza e nas linhas de pobreza dos domínios, foi criado um perfil de pobreza para Moçambique para o período de 1996-97. O perfil de pobreza caracteriza a pobreza moçambicana e dá uma imagem do seu tamanho e da sua distribuição por grupos socio-económicos.

O consumo real mensal médio *per capita* por ano é estimado em 160,780 MT (US\$ 170) o que coloca o país entre os mais pobres do mundo.⁴ O índice nacional de incidência da pobreza indica que 69.4 por cento ou 10.9 milhões da população estão a consumir a um nível inferior ao definido pela linha de pobreza e, consequentemente, poderiam ser considerados pobres

absolutos. O nível elevado de pobreza foi confirmado pelos índices de *gap* da pobreza e de *gap* da pobreza ao quadrado (vd. Tabela 3). A pobreza afigura-se significativamente mais elevada nas áreas rurais do que nas áreas urbanas. Cerca de 82 por cento dos pobres vivem em áreas rurais em comparação com 80 por cento da população total. Isto reflecte-se nos índices nacionais de incidência da pobreza que são de 71.2 e 62.0 por cento para a população rural e urbana, respectivamente.

Tabela 3 Estimativas da pobreza regional

	Parcela da população %	Índice de incidência da pobreza	Índice do <i>gap</i> da pobreza	Índice do <i>gap</i> da pobreza ao quadrado
Rural	80	71	30	16
Urbana	20	62	27	14
Norte	32	66	27	14
Centro	43	74	33	18
Sul	25	66	27	14
Maputo	6	48	16	8
Nacional	100	70	30	16

Fonte: GOM Tabela 2.1

Os diferentes índices de pobreza são também calculados a nível provincial (Tabela 4). A análise mostra diferenças significativas na pobreza entre diferentes províncias. Em Sofala, a província mais pobre, 88 por cento da população são pobres. Inhambane e Tete são outras províncias pobres com índices de incidência da pobreza de 83 e 82 por cento respectivamente. Estas províncias podem ser contrastadas com Cabo Delgado e Manica com índices de incidência da pobreza de 57 and 63 por cento respectivamente. A Cidade de Maputo é a “mais rica” das áreas estudadas com um índice de incidência da pobreza de 48 por cento.

⁴ Novas estatísticas indicam que o consumo anual aumentou para US \$230.

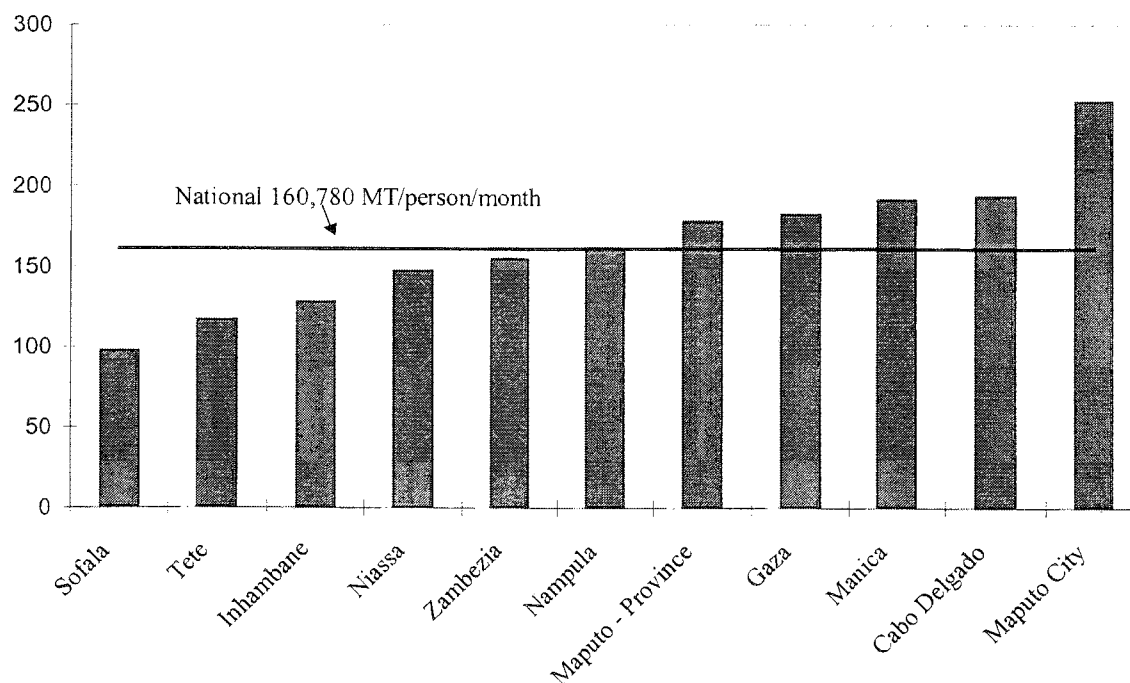
Tabela 4 Estimativas da pobreza provincial

	Índice de incidência da pobreza	Índice do <i>gap</i> da pobreza	Índice do <i>gap</i> da pobreza ao quadrado
Niassa	71	30	16
Cabo Delgado	57	20	9
Nampula	69	29	15
Zambézia	68	26	12
Tete	82	39	22
Manica	63	24	12
Sofala	88	49	32
Inhambane	83	39	21
Gaza	65	23	11
Província de Maputo	66	28	15
Cidade de Maputo	48	16	8

Fonte: GOM 1998 (Tabela 2.3)

Estes números, que são apoiados pelos índices de *gap* da pobreza e de *gap* da pobreza ao quadrado, implicam um padrão regional de pobreza em que a zona centro do país é a mais pobre, enquanto as zonas norte e sul são mais ou menos igualmente pobres (Tabela 3). A *Avaliação da Pobreza* chama a atenção para o facto de o norte ser menos pobre do que o sul, se se excluir a Cidade de Maputo da análise. Os níveis de consumo provincial médio (Figura 1) também ilustram esta desigualdade regional. O facto de a pobreza no norte ser relativamente baixa é um tanto surpreendente considerando a distância desta região do centro político e económico do país. Conforme mencionado acima, preços mais baixos no norte fornecem uma explicação importante para o nível de pobreza relativamente baixo nesta região.

Figura 1 Consumo provincial médio (MT/pessoa/mês)



Fonte: GOM 1998 (Tabela 2.3)

Os três índices são também calculados para duas linhas de ultra-pobreza, em que a primeira é definida como 60 por cento da linha referencial de pobreza, e para a segunda é usada a linha de pobreza alimentar. Os índices de incidência da pobreza para as linhas de ultra-pobreza são 37.8 e 53.4 por cento, respectivamente. Os índices de incidência da pobreza indicam que a ultra-pobreza é mais elevada nas áreas rurais do que nas áreas urbanas. No entanto, este resultado não é significativo.

A seguir, a *Avaliação da Pobreza* analisa a forma como a pobreza está ligada ao número de características sociais (GOM 1998:61). A análise é bivariada, o que implica que não controla outras variáveis e que não é possível dizer nada de definido sobre a causalidade entre a pobreza e as características sociais.

Tamanho dos agregados familiares: O tamanho dos agregados familiares está correlacionado com a pobreza, i.e. os agregados familiares pobres são maiores do que os não-pobres. Nos agregados familiares pobres o tamanho médio do agregado familiar é de 5.6 pessoas, o que se pode comparar com 4.8 pessoas no agregado familiar médio nacional. Esta relação entre a pobreza e o tamanho do agregado familiar é menos acentuada nas áreas urbanas do que nas

rurais. A razão de dependência, i.e. a razão do número de membros do agregado familiar ‘improdutivos’ ou dependentes para o tamanho total do agregado familiar, tende a ser maior para agregados familiares pobres. Assim, os agregados familiares pobres em média têm mais crianças do que os agregados familiares não-pobres. Além disso, os chefes dos agregados familiares tendem a ser mais velhos nos agregados familiares pobres do que nos não-pobres.

Composição e estrutura dos agregados familiares: Os agregados familiares chefiados por mulheres em Moçambique são menos pobres do que os agregados familiares médios. A um nível de significância de 10 por cento mostra-se que uma parcela mais pequena de todos os pobres (16.8 por cento) do que dos não-pobres (18.9) vive em agregados familiares chefiados por mulheres. No entanto, os agregados familiares chefiados por mulheres são heterogéneos e podem de uma maneira geral ser divididos em dois grupos. O primeiro grupo consiste em agregados familiares chefiados por mulheres que vivem desafogadamente ou ainda melhor do que agregados familiares chefiados por homens. Estes agregados familiares consistem em mulheres com uma boa posição social e, embora o marido esteja ausente, devido por exemplo ao trabalho migratório, continua a apoiar a família. O segundo grupo de agregados familiares chefiados por mulheres consiste em mulheres social e economicamente vulneráveis, que são divorciadas ou que por outras razões se têm de governar por si próprias.

Educação: A relação entre pobreza e educação é analisada em separado para adultos e crianças em idade escolar. Quando se trata de alfabetização existem grandes diferenças entre as populações rurais e as urbanas. Entre os adultos rurais apenas 32 por cento são alfabetizados, enquanto o número correspondente para adultos urbanos é de 71 por cento. Infere-se que a educação, a todos os níveis, está negativamente correlacionada com a pobreza. No entanto, a diferença na educação entre pobres e não-pobres é menor do que entre regiões e entre sexos.

Emprego e composição da força de trabalho: De acordo com as respostas às perguntas do inquérito aos agregados familiares sobre emprego, a maior parcela de moçambicanos (44.3 por cento) respondeu que “tinha trabalhado por alguma forma de pagamento na semana anterior” (GOM 1998:69). Ao nível nacional uma parcela maior de não-pobres do que de pobres tende a trabalhar e a frequentar a escola. Os não-pobres, por outro lado, encontram-se representados por excesso, quando se trata de ajudar a família sem remuneração e de trabalho doméstico não assalariado. Além disso, as respostas mostram que quase ninguém se considera

desempregado (apenas 0.8 por cento das pessoas inquiridas afirmaram estar desempregadas). Tal como na educação, existem diferenças entre as áreas rurais e as áreas urbanas. A tendenciosidade nacional de mais não-pobres do que pobres a trabalhar por pagamento reflecte-se a nível rural, enquanto nas áreas urbanas não existem diferenças neste aspecto, sendo sim o número de dependentes e o nível de salários que distinguem os pobres dos não-pobres.

Pobreza e sector de emprego: A importância da agricultura para a economia moçambicana está ilustrada no facto de 89 por cento de todos os moçambicanos estarem empregados neste sector. Entre os pobres e os não-pobres os números correspondentes são 91 por cento e 84 por cento, respectivamente. Nas áreas rurais o predomínio do sector agrícola é ainda maior: 95 por cento de todos os moçambicanos nestas áreas estão empregados no sector agrícola existindo apenas uma pequena diferença entre os pobres e os não-pobres. Nas áreas urbanas as diferenças entre os pobres e os não-pobres são maiores, embora a agricultura nestas áreas também seja o sector dominante. Nas áreas urbanas 29 por cento dos não-pobres e 67 por cento dos pobres estão empregados na agricultura. O comércio e os serviços, os serviços públicos, e a indústria e a indústria mineira são outros sectores importantes nas áreas urbanas.

Propriedade de terras e características agrícolas: Quase 90 por cento de todos os agregados familiares têm pelo menos uma machamba e mais de 60 por cento têm mais do que uma machamba. Nas áreas rurais quase todos os agregados familiares têm pelo menos uma machamba, o que se pode comparar com cerca de 55 por cento nas áreas urbanas. É mais comum possuir terra entre os agregados familiares pobres do que entre os não-pobres. De um modo geral, a produtividade agrícola é baixa tendendo os agregados familiares não-pobres a usar mais equipamento e mais irrigação do que os pobres.

Saúde e situação nutricional: Entre 1 e 2 por cento da população têm alguma forma de deficiência. Mais pessoas usam os serviços de saúde nas áreas urbanas do que nas áreas rurais e a utilização destes serviços é mais elevada por parte dos não-pobres do que dos pobres. Ambos os grupos tendem a procurar tratamento junto do sistema médico formal. Nas áreas rurais o acesso aos serviços de saúde é mais ou menos o mesmo para pobres e não-pobres. Nestas áreas a probabilidade de os não-pobres procurarem tratamento médico formal é maior do que para os pobres.

Proximidade e acesso a serviços públicos e privados: O acesso a serviços públicos e privados tais como escolas, postos/centros de saúde, mercados, correios, telefones públicos, água e saneamento é mais ou menos igualmente limitado para pobres e não-pobres nas áreas rurais.

Medidas de bem-estar não baseadas no consumo: A pobreza também é comparada a outras medidas de bem-estar não baseadas no consumo. A um nível nacional mostra-se que as taxas de analfabetismo de homens e mulheres são de 42,4 e 74,6 por cento respectivamente. A taxa de analfabetismo é significativamente mais elevada nas áreas rurais do que nas áreas urbanas quer para homens quer para mulheres. Cerca de 43 por cento de todos os moçambicanos padecem de subnutrição crónica (raquitismo). As áreas rurais também se encontram em piores circunstâncias neste aspecto: 48,1 por cento dos moçambicanos rurais sofrem de subnutrição crónica comparados com “apenas” 27,6 por cento da população nas áreas urbanas. Quase 80 por cento de todos os moçambicanos não têm acesso a água potável. A taxa de mortalidade infantil (TMI) é de 147 crianças por 1000 nascimentos vivos. As análises indicam que a incidência da pobreza baseada no consumo tem uma correlação relativamente elevada com a TMI e o acesso a água potável (0,6-0,8) e uma correlação relativamente baixa com as taxas de analfabetismo de adultos e de raquitismo (0,2-0,3).⁵ A baixa correlação entre as últimas variáveis e a incidência da pobreza baseada no consumo mostra a importância, conforme a *Avaliação da Pobreza* assinala, de não se contar com apenas um indicador do bem-estar na formulação da política do bem-estar.

Conclusões – Perfil de pobreza

A *Avaliação da Pobreza* conclui que embora outros factores, tais como a guerra, tenham surtido efeitos devastadores para as condições de vida da população moçambicana, a pobreza é em grande medida estrutural. São assinaladas várias áreas (GOM 1998:91):

- “níveis baixos de capital humano, incluindo níveis educacionais baixos e a saúde precária da maioria da população”
- “baixa produtividade no sector agrícola, onde a maioria dos moçambicanos está empregada”

⁵ A *Avaliação da Pobreza* usa as estimativas do Inquérito Demográfico e de Saúde (IDS) de 1997 como medida da TMI. Estas estimativas mostram uma TMI elevada para as províncias que são as mais pobres de acordo com a análise da pobreza baseada no consumo, i.e. Sofala, Tete, Inhambane e Nampula.

- “infra-estruturas físicas débeis e mau acesso a serviços básicos, incluindo água potável, postos/centros de saúde, transportes, comunicações e mercados”
- “taxas de fecundidade elevadas e razões de dependência elevadas correspondentes”.

A *Avaliação da Pobreza* indica que as diferenças regionais da pobreza são grandes. Todos os índices de pobreza indicam que as províncias da zona centro do país são mais pobres do que as das zonas norte e sul. Maputo sobressai como a mais rica das áreas analisadas.

Outra conclusão importante é que as diferenças entre os pobres e os não-pobres para muitas das variáveis analisadas são bastante pequenas. As condições de vida dos que consomem o suficiente para serem caracterizados como não-pobres são apenas marginalmente melhores do que para os pobres. Para as variáveis relacionadas com a educação e os cuidados de saúde, as diferenças baseadas no género e rurais/urbanas afiguram-se mais importantes do que as diferenças baseadas no consumo. O acesso rural à maior parte dos serviços tais como educação, serviços de saúde, mercados, infra-estruturas, etc. é muito pior do que para as áreas urbanas. Quer nas áreas rurais quer nas urbanas é mais comum os rapazes frequentarem a escola do que as raparigas. Consequentemente, a *Avaliação da Pobreza* conclui que em vez de tentar visar os pobres (que são difíceis de distinguir dos não-pobres) com medidas de ajuda, pode afigurar-se ser mais útil orientar as intervenções directamente para as áreas rurais ou para as raparigas.

Determinantes de pobreza

O perfil de pobreza apresenta correlações da pobreza com outras variáveis. Porém, visto que a análise é bivariada, fornece uma descrição simplificada da relação entre a pobreza e estas variáveis. Para ultrapassar esta falha e para poder definir os determinantes da pobreza moçambicana é empreendida uma análise multivariada. Os determinantes de pobreza são modelados através de um procedimento em dois passos. Visto que, tal como na apresentação do perfil de pobreza, se pressupõe que o bem-estar e assim também a pobreza são determinados pelo nível de consumo, no primeiro passo são modelados os determinantes do logaritmo do consumo real a nível de agregados familiares. No segundo passo as estimativas provenientes da linha de pobreza são usadas para definir a pobreza. São efectuadas estimativas separadas para amostras com base rural regional (Norte, Centro e Sul) e para

amostras urbanas (grandes cidades e outras áreas urbanas). Os seguintes determinantes são usados nas simulações (GOM 1998:156):

Características demográficas. Esta categoria inclui o tamanho e a composição do agregado familiar. Categorias etárias diversas são incluídas onde a categoria que representa adultos produtivos (18-59 anos de idade) é dividida por género. As mulheres que têm o seu primeiro filho antes dos 16 anos de idade formam uma variável especial, visto que o perfil de pobreza mostra que este grupo está acentuadamente correlacionado com a pobreza. Adultos com uma deficiência mental ou física também são incluídos como potenciais determinantes de pobreza.

Educação. Esta categoria de determinantes inclui variáveis baseadas na capacidade de ler e escrever. O número de adultos com a instrução primária ou com outro nível mais elevado também está incluído como variáveis separadas. As estimativas representam o aspecto de género.

Emprego. Neste conjunto de variáveis estão incluídos o número de adultos empregados em cada agregado familiar, a diversificação de rendimentos e o sector do emprego.

Agricultura, terra e pecuária. As variáveis nesta categoria são o tamanho das machambas cultivadas, o tipo de colheitas cultivadas e a posse de gado. Inclui-se uma variável simulada para explicar o uso de irrigação, fertilizantes e diversas formas de equipamento.

Características comunitárias e acesso a serviços nas áreas rurais. Os efeitos no consumo da disponibilidade dos serviços públicos são cobertos por dois índices, em que o primeiro inclui serviços de infra-estruturas tais como bancos, mercados, centros de extensão agro-pecuária, correios, telefones públicos e caminhos de terra batida melhorados ou calcetados, e o segundo inclui serviços de saúde tais como a presença de médicos, enfermeiras, centros de saúde ou postos sanitários.

Determinantes rurais de consumo e pobreza

O modelo do sector rural mostra uma boa correspondência com R^2 superiores a 0.5.

Começando com as características demográficas, os parâmetros estimados são negativos, e

altamente significativos para as variáveis que medem o número de pessoas, desagregadas por idade e sexo, nos agregados familiares. Este resultado corresponde ao resultado do perfil de pobreza que mostra uma relação negativa entre o tamanho do agregado familiar e o consumo *per capita*. Para todas as regiões, os agregados familiares chefiados por mulheres têm um consumo *per capita* inferior ao dos agregados familiares chefiados por homens. A idade do chefe do agregado familiar não surte nenhum efeito significativo no consumo *per capita*, enquanto o número de pessoas deficientes surte um efeito negativo. Todas as variáveis na categoria de educação têm sinais positivos, embora nem todas as variáveis sejam significativas. Podemos por conseguinte esperar que um aumento da educação surta um efeito positivo no consumo *per capita*.

Não é de admirar muito que as variáveis do emprego, i.e. o número de adultos empregados em diversos sectores económicos – mostre uma ligação positiva com o consumo *per capita*. Entre as variáveis agrícolas apenas a simulação que representa o número de cabeças de gado tem um coeficiente positivo e significativo. A irrigação e a produção de culturas comerciais têm os sinais positivos previstos, mas não são significativas. O tamanho das machambas parece ser de menor importância para o consumo *per capita*. Esta variável é apenas significativa na região norte do país. Quer os índices de infra-estruturas quer os de saúde mostram os sinais positivos previstos, que embora não sejam significativos a nível de estatística indicam que estes tipos de serviços surtem um efeito positivo no consumo *per capita*.

Determinantes urbanos de consumo e pobreza

Com um R^2 superior a 0.5 o modelo corresponde bem aos determinantes urbanos. As variáveis do tamanho e da idade do agregado familiar têm a ligação negativa prevista com o consumo *per capita* e as variáveis da educação mostram os sinais positivos previstos. Porém, enquanto as variáveis demográficas são significativas a nível de estatística, esse nem sempre é o caso das variáveis da educação. Os coeficientes das variáveis do emprego mostram um resultado misto. Apenas o emprego no sector dos serviços mostra um sinal positivo significativo. Os coeficientes para os outros sectores são insignificantes. Entre as variáveis agrícolas, a pecuária, a irrigação e o uso de equipamento mostram uma ligação positiva significativa com o consumo. O coeficiente do tamanho da área cultivada é significativo.

As simulações

Os efeitos das mudanças nos determinantes são obtidos através de um número de simulações do modelo. É efectuado um total de 23 simulações, em que se estudam o impacto no consumo e os diferentes índices de pobreza. As simulações mostram que se pode prever que as medidas de redução da pobreza surtam o maior efeito em cinco áreas: educação, implementação de equipamento moderno na agricultura, movimentos de trabalho, medidas de mudança das razões de dependência e a melhoria das infra-estruturas económicas.

As variáveis que têm o maior impacto no consumo e na pobreza são as relacionadas com a educação. Em especial as acções de educação dirigidas às mulheres parecem ser importantes para a redução do nível de pobreza. Por exemplo, um aumento do número de mulheres em agregados familiares que são alfabetizados por um aumenta o consumo *per capita* em 8.7 por cento e reduz os índices de incidência da pobreza da pobreza em 7.2 por cento. Os efeitos do aumento do número de mulheres que concluíram a instrução primária são ainda mais impressionantes: o consumo *per capita* aumenta em 29.6 por cento e reduz os índices de incidência da pobreza da pobreza em 23.2 por cento. Consequentemente, os resultados indicam que a educação das mulheres surte grandes efeitos de redução da pobreza. Além disso, as simulações mostram que, logo a seguir à educação das mulheres, se consegue o maior efeito no consumo e na pobreza através da educação dos homens. Um aumento do número de homens em agregados familiares que são alfabetizados por um aumenta o consumo *per capita* em 3.7 por cento e reduz os índices de incidência da pobreza da pobreza em 3.1 por cento. Os números correspondentes para aumentar o número de homens que concluíram a instrução primária são de 16.0 e 12.7 por cento, respectivamente.

Tabela 5 Total das mudanças no nível de consumo e pobreza (resultados de simulações)

	% mudança no consumo real <i>per capita</i>			% mudança na incidência da pobreza		
	Rural	Urbana	Nacional	Rural	Urbana	Nacional
Aumento em 1 do número de homens adultos alfabetizados	4.5	1.1	3.7	-3.5	-1.1	-3.1
Aumento em 1 do número de mulheres adultas alfabetizadas	8.1	10.3	8.7	-6.5	-10.4	-7.2
Aumento em 1 do número de homens adultos que completaram a instrução primária	16.3	15.0	16.0	-12.5	-13.8	-12.7
Aumento em 1 do número de mulheres adultas que completaram a instrução primária	28.9	31.6	29.6	-22.1	-28.1	-23.2
Garantia de que pelo menos um adulto completa a instrução primária	24.3	21.2	23.6	-18.4	-19.7	-18.6
Agregados familiares com alguma terra adoptam insumos agrícolas modernos	5.2	3.8	4.8	-4.1	-3.6	-4.0
Deslocação de um adulto do sector agrícola para o sector de serviços	4.3	2.2	3.8	-3.7	-2.3	-3.4
Acréscimo de uma criança ao agregado familiar	-15.3	-14.7	-15.2	12.5	12	12.4
Acréscimo de um adulto masculino ao agregado familiar	-12.1	5.1	-8.6	10.0	-0.6	7.8
Acréscimo de um adulto feminino ao agregado familiar	-14.5	-9.4	-13.5	12.1	9.0	11.4
Melhoria das infra-estruturas económicas	13.9	N/A	11.0	-10.5	N/A	-8.4

Fonte: GOM 1998 (Tabela 3.6)

N/A =Não aplicável a áreas urbanas

Para além da educação, a área com a maior importância para o consumo e a pobreza é o número de membros do agregado familiar. Um aumento da razão de dependência para um agregado familiar aumenta o nível de pobreza através dos seus efeitos negativos no consumo. Além disso, as simulações mostram que as infra-estruturas económicas têm um grande impacto na pobreza rural, visto que através de um aumento da disponibilidade de serviços tais como mercados, bancos, telefones públicos, etc. o consumo *per capita* aumenta de forma substancial. De um modo geral, as simulações mostram que os determinantes agrícolas surtem um efeito relativamente pequeno. Por exemplo, aumentos da propriedade de terra só afectaram marginalmente o consumo e a pobreza. O único determinante agrícola com um maior impacto é o que controla o uso de insumos agrícolas modernos. O maior efeito deste determinante é alcançado para machambas com mais de 1 hectare.

As simulações também são efectuadas com base no crescimento económico. Na primeira simulação permite-se ao consumo *per capita* aumentar ao mesmo ritmo, 6.5 por cento, que o

crescimento do PIB real *per capita* durante a década de 1987-96. As simulações mostram que esta taxa de crescimento baixa só poderia ter afectado a pobreza marginalmente, visto que como resultado da simulação o índice de pobreza só diminui em 4.4 por cento. O modelo também testa o futuro crescimento. Estas simulações mostram que a taxa de crescimento tem o potencial para reduzir a pobreza de forma significativa. São efectuadas várias simulações que pressupõem um crescimento anual de 7.7 por cento no consumo real *per capita*.⁶ No caso de uma distribuição neutra esta taxa de crescimento reduziria em 5 anos o índice de incidência da pobreza em 39.5 por cento. São também efectuadas simulações que permitem a possibilidade de o crescimento do consumo aumentar mais rapidamente para os não-pobres do que para os pobres. Mesmo assim, pressupondo-se que o consumo *per capita* para agregados familiares não-pobres aumente duas vezes mais rapidamente do que para agregados familiares pobres, isto implica ainda que o índice de incidência da pobreza caia em mais de 30 por cento.

Com base nas simulações efectuadas e nos resultados do perfil de pobreza, a *Avaliação da Pobreza* assinala seis áreas que deverão fazer parte de uma estratégia de redução da pobreza para Moçambique (GOM 1998:182):

- maior investimento na educação,
- crescimento económico sustentado,
- um padrão sectorial de crescimento que favoreça um crescimento mais rápido nos sectores industrial e dos serviços,
- medidas para aumentar a produtividade agrícola,
- melhoria das infra-estruturas rurais,
- redução da taxa de fecundidade e da carga de dependência dos agregados familiares.

Avaliação da Pobreza - resumo

O resultado do *Inquérito Nacional aos Agregados Familiares* foi criticado pelo facto de os questionários serem demasiado pormenorizados. Outra falha do inquérito aos agregados familiares é a forma insuficiente como as respostas aos questionários foram acompanhadas e controladas. A *Avaliação da Pobreza* também foi sujeita a esta crítica, visto que usa os dados do inquérito aos agregados familiares para a sua análise.

⁶ O número 7.7 por cento provém das projecções de crescimento quinquenais do Governo. Projecções recentes indicaram que o crescimento será consideravelmente mais baixo.

Ao avaliar estes documentos é importante recordar que estes são os primeiros *sui generis* em Moçambique. Embora pequen por falhas metodológicas, são verdadeiramente importantes, visto que proporcionam a primeira visão ampla da pobreza em Moçambique. Assim, em vez de se focar nas suas falhas, estes deverão ser vistos como uma primeira tentativa de descrever a pobreza em Moçambique. A ideia é que o *Inquérito Nacional aos Agregados Familiares* seja seguido de novos inquéritos aos agregados familiares.

A *Avaliação da Pobreza* não pretexta ter conseguido determinar os níveis e as distribuições exactos da pobreza, o que teria sido uma meta impossível dadas as falhas metodológicas. No entanto, dá uma boa imagem do perfil de pobreza e chama a atenção para os determinantes mais importantes de pobreza.

Em conclusão, a *Avaliação da Pobreza* dá a melhor imagem disponível da pobreza moçambicana. Para formular uma estratégia de redução da pobreza com o potencial de atacar a pobreza moçambicana, é necessário baseá-la nos resultados da *Avaliação da Pobreza*. Vamos agora ver em que medida o Governo assenta as suas estratégias de redução da pobreza no resultado da *Avaliação da Pobreza*.

Programas do Governo

O Governo moçambicano declarou que o seu objectivo principal a médio e longo prazo é a redução da pobreza. Para alcançar este objectivo reconhece-se que é necessário criar condições para um crescimento económico rápido e sustentado, que seja suficientemente amplo e generalizado para beneficiar os pobres.

O Plano de Desenvolvimento

Para alcançar o objectivo de redução da pobreza o Governo encontra-se no processo de preparação de um programa de desenvolvimento. Este programa de desenvolvimento (PD) a médio prazo está planeado para cobrir períodos quinquenais. Será um instrumento de gestão contínuo que será constantemente adaptado aos “conhecimentos mais recentes sobre a

economia e a sociedade, à dinâmica da gestão de políticas e a quaisquer avanços na tecnologia que possam ocorrer, a ensinamentos quanto à eficácia de diversas políticas, para garantir a melhor abordagem mais rápida para alcançar os objectivos do programa, e à absorção de percepções de consultas à sociedade civil” (GOM 2000:5).

O Programa do Governo para 2000-04, que foi aprovado pela Assembleia da República (AR) em Março de 2000, constituirá a base do programa de desenvolvimento. O Plano de Desenvolvimento será ajustado anualmente.

Para além dos objectivos a médio e longo prazo também existem desafios mais imediatos que concorrem aos recursos públicos. Do ponto de vista do Governo moçambicano estes desafios podem ser divididos em três grupos. Primeiro, falta tratar das necessidades de reconstrução depois das chuvas e das cheias no início deste ano. Esta questão é tratada através do Programa do Governo de Reconstrução Pós-Emergência (PERP). Segundo, há a tarefa de assegurar o funcionamento normal da economia. Estes aspectos são abordados no Plano Económico e Social (PES) e no Orçamento de Estado (OE) para o ano 2000. O terceiro desafio corrente é continuar com o desenvolvimento, o que implica que é importante ligar o PERP e os esforços no sentido de assegurar o funcionamento normal da economia ao programa de desenvolvimento. O Governo frisa que, embora importantes, não se deverá permitir que os presentes desafios interfiram com os objectivos de redução da pobreza a médio e longo prazo.

O Governo tenciona assegurar o cumprimento destes objectivos através da implementação de políticas que, para além da redução da pobreza (vd. capítulo sobre o *PARPA*), irão resultar num crescimento económico acelerado e num enquadramento macroeconómico estável.

Para assegurar um crescimento económico rápido e sustentado, o Governo tenciona implementar políticas e medidas nas seguintes áreas: desenvolvimento de capital humano, reabilitação de infra-estruturas básicas, estabilidade macroeconómica e financeira, liberalização do comércio, fortalecimento do sistema legal e judicial e garantia de segurança pública, simplificação de processos burocráticos, melhoria da política de produção nacional, fortalecimento de capacidades institucionais do sector público, redução de assimetrias regionais e medidas através da Comunidade do Desenvolvimento da África Austral (SADC) para explorar possibilidades de desenvolvimento regional como um veículo de crescimento. (GOM 2000:5-8)

Com uma implementação bem sucedida destas políticas e se se puderem evitar novos choques incontroláveis, tais como as cheias no início deste ano, o Governo acredita que um enquadramento macroeconómico que apoie uma taxa de crescimento média anual de 8-9 por cento por ano é atingível. Para atingir esta meta o Governo considera fundamental desenvolver políticas de desenvolvimento sectoriais que deverão incluir: (i) o objectivo principal do sector e o seu impacto na redução da pobreza; (ii) os objectivos que serão cumpridos para atingir o objectivo principal e a identificação correspondente de actividades a produzir; e (iii) o volume de recursos a usar, quer financeiros quer humanos (GOM 2000:11). A eficiência será aumentada através de medidas de melhoria da capacidade. Serão incluídas despesas extra-orçamentais nos orçamentos dos sectores para melhorar a transparência.

O propósito do programa de desenvolvimento (PD) é proporcionar um enquadramento geral para as políticas a médio prazo do Governo com respeito à redução da pobreza, à taxa de câmbio fiscal, monetária, ao comércio, etc. (GOM 2000:12). O programa de desenvolvimento irá identificar as medidas específicas a desenvolver, assim como as instituições a envolver, os recursos a utilizar e os mecanismos de implementação e monitoria. Para implementar o programa de desenvolvimento será usada uma série de instrumentos de política e gestão:

- *Programa do Governo para 2000-04* Enquadramento de políticas que define os objectivos, os alvos e as medidas principais para o período de 2000-04.
- *Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA)* O documento central para acções de redução da pobreza.
- *Cenário Fiscal a Médio Prazo (CFMP)* Apresenta o orçamento a médio prazo e desenvolver-se-á na componente fiscal do programa de desenvolvimento.
- *Análise de políticas sectoriais preparadas até à data* Garantirá a harmonização de políticas sectoriais com os outros programas a médio prazo.
- *Plano Económico e Social (PES)* O instrumento do Governo para programar políticas e acções anuais.
- *Orçamento de Estado (OE)* Apresenta recursos numa perspectiva de um ano.

Até onde é que o Governo chegou? O enquadramento geral, i.e. o programa de desenvolvimento, ainda se encontra em fase de discussão, concepção e preparação. Porém,

algumas das suas componentes já atingiram fases mais avançadas. Desde 1998 tem decorrido trabalho com o *Cenário Fiscal a Médio Prazo (CFMP)*, e para tornar o tratamento das despesas orçamentais mais eficiente está-se a empreender uma harmonização entre objectivos, actividades e o uso de recursos no PES e no OE. Além disso, uma primeira versão do *PARPA* foi publicada em Dezembro de 1999 e constitui uma parte importante do Documento Interino de Estratégia de Redução da Pobreza (PRSP) de Moçambique, que foi apresentado em Abril deste ano. Também está planeado que o PRSP final venha a constituir parte do programa de desenvolvimento.

Porém, resta ainda a maior parte da preparação e, além de preparar o enquadramento global do programa de desenvolvimento, a maior parte dos instrumentos de políticas e gestão tem de ser aprofundada e desenvolvida. O Governo enumera as seguintes áreas segundo cujos princípios se terão de seguir as políticas: política de redução da pobreza, política fiscal, educação, saúde, política de emprego, mulheres e acção social, agricultura e desenvolvimento rural, pescas, energia/electricidade, transportes e comunicações, sistema legal e judicial, direitos humanos e segurança pública, capacidades institucionais e reforma do sector público, política monetária e cambial, política para o desenvolvimento da produção nacional, política para redução da vulnerabilidade a choques.

O Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA)

O *PARPA* é por conseguinte apenas um de vários documentos de planeamento do Governo, que ao completarem-se uns aos outros têm o propósito comum de atingir o objectivo geral do Governo de combate à pobreza. O *PARPA*, que foi preparado por vários ministérios públicos subordinados ao Ministério do Plano e Finanças, é considerado a primeira tentativa de fornecer um instrumento de políticas abrangente com o propósito explícito de combater a pobreza.⁷

Embora o *PARPA* possa ser o primeiro documento com uma visão alargada de políticas de combate à pobreza, houve diversos outros documentos e políticas durante a última década que

⁷ Os seguintes ministérios estiveram envolvidos na elaboração do *PARPA*: Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério do Trabalho, Ministério da Acção Social, Instituto da Acção Social, Ministério da Agricultura e Pescas, Ministério das Obras Públicas e Habitação e o Instituto para o Desenvolvimento Rural.

abordaram o assunto. O *Projecto de Ajustamento de Dimensão Social* (ADS) e o *Gabinete de Apoio à População Vulnerável* (GAPVU) foram formados em 1989 e 1990, respectivamente. Em 1990 os aspectos de pobreza também foram levantados no *Programa de Reabilitação Económica e Social* (PRES) e foi iniciada uma *Estratégia de Alívio à Pobreza*.

A *Estratégia de Redução da Pobreza em Moçambique* de 1995 apresentou a primeira estratégia explícita de redução da pobreza do período de paz em que foram apresentados cinco objectivos: melhoria das condições de vida nas áreas rurais, investimento em capital humano, melhoria das redes de segurança social, formulação de uma política populacional e melhoria da capacidade nacional para análise e monitoria da pobreza. Estes objectivos foram incorporados no *Programa Quinquenal do Governo para 1995 a 1999* (GOM 1999). Contudo, a *Estratégia de Redução da Pobreza em Moçambique*, que não era um documento de acompanhamento, era muito vaga nas suas recomendações e só apresentou directivas latas para políticas de redução da pobreza.

Em Abril de 1999 as *Linhas de Acção para a Erradicação da Pobreza Absoluta* foram aprovadas pelo Conselho de Ministros. Tal como a *Estratégia de Redução da Pobreza em Moçambique* não são um documento operacional. As *Linhas de Acção* especificam o mecanismo para avaliação, coordenação e medidas de financiamento para erradicação da pobreza, e concluem que para alcançar esta meta o crescimento económico e o investimento em capital humano são pré-condições fundamentais. Conforme as *Linhas de Acção* a educação, a saúde, a agricultura, o emprego, as obras públicas básicas e a assistência social são os sectores estratégicos na luta contra a pobreza. Além disso, é acentuada a importância de fortalecer o papel das mulheres e de indivíduos vulneráveis no processo de desenvolvimento. As *Linhas de Acção* prevêm que o objectivo global de Moçambique para o período de 2000-2009 é reduzir a incidência da pobreza absoluta em cerca de 30 por cento do nível actual de quase 70 por cento para 50 por cento e diminuir a profundidade da pobreza (conforme medida pelo índice de gap da pobreza) em 50 por cento. As *Linhas de Acção* enumeram uma série de pré-requisitos para atingir esta meta:

- manter um crescimento económico rápido e sustentado através da estimulação do desenvolvimento da indústria e da construção e através do aumento da produtividade na agricultura.

- conferir prioridade ao desenvolvimento de capital humano através de investimentos públicos na educação, na saúde, no acesso a água limpa e saneamento ambiental.
- aumentar a produtividade agrícola no sector familiar, especialmente em áreas com um potencial agro-ecológico elevado.
- desenvolver as infra-estruturas em áreas rurais.
- proteger os grupos mais vulneráveis através de programas de assistência e segurança social.
- promover o emprego e o auto-emprego quer em áreas rurais quer em áreas urbanas através de formação vocacional e da promoção de micro-projectos e empresas para geração de rendimentos, com especial atenção para as mulheres, os desempregados e os jovens socialmente excluídos.
- melhorar a capacidade técnica e institucional de monitorar e avaliar a pobreza e analisar a investigação no campo da pobreza para melhorar os conhecimentos do fenómeno e seleccionar as estratégias adequadas para combatê-lo.

O *PARPA* reflecte em grande medida as experiências e os objectivos destes planos nacionais e sectoriais anteriores, que no *PARPA* resultam numa estratégia abrangente global e integrada para redução da pobreza. O *PARPA* está em especial ligado às *Linhas de Acção*. Os objectivos gerais apresentados nas *Linhas de Acção* são completados com os objectivos e os alvos específicos do *PARPA*. O *PARPA* pode consequentemente ser visto como uma forma de operacionalizar as intenções das *Linhas de Acção*.

O *PARPA* é multidimensional, visto que por um lado define programas e actividades para todos os níveis da sociedade moçambicana (nacional, provincial, sectorial e local) e, por outro lado cobre aspectos económicos, sociais, políticos e culturais. Também é abrangente no sentido em que não só identifica os objectivos de redução da pobreza mas também especifica os alvos que têm de ser alcançados e os indicadores que têm de ser monitorados neste processo.

Objectivos, alvos e indicadores do *PARPA*

O *Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta* consiste em cinco partes, em que as três primeiras partes apresentam o objectivo global de redução da pobreza, o perfil e os

determinantes de pobreza, o enquadramento demográfico e macroeconómico, e os esforços empreendidos até agora para criar um ambiente económico favorável. Os objectivos e alvos específicos de redução da pobreza, inclusive de matrizes sectoriais pormenorizadas, são apresentados para o período de 2000-2004 na quarta parte. Na parte final são enumerados os indicadores para monitoria do cumprimento dos objectivos do *PARPA*.

A análise do *PARPA* assenta no resultado da *Avaliação da Pobreza* (GOM 1998). No *PARPA* o conceito de pobreza é definido “como a incapacidade de indivíduos garantirem a si próprios e aos seus dependentes um conjunto de condições básicas mínimas para a sua subsistência”, uma definição que corresponde à usada na *Avaliação da Pobreza*. O *PARPA* também chama a atenção para o facto de na análise da pobreza tanto os indicadores de consumo como os de não-consumo de bem-estar serem importantes. Com base na *Avaliação da Pobreza* o *PARPA* opta por realçar os seguintes determinantes de pobreza:

- Crescimento económico lento até ao início dos anos de 1990.
- Baixo nível educacional dos membros de agregados familiares nos grupos etários economicamente activos, especialmente entre as mulheres.
- Taxas elevadas de dependência demográfica no âmbito dos agregados familiares.
- Baixa produtividade na agricultura familiar
- Falta de oportunidades de trabalho dentro e fora do sector agrícola.
- Desenvolvimento débil das infra-estruturas nas áreas rurais.

Ao objectivo global previsto nas *Linhas de Acção* de Moçambique de reduzir a incidência da pobreza absoluta para 50 por cento em dez anos, o *PARPA* acrescenta um objectivo interino de reduzir o nível de incidência para cerca de 60% até ao ano 2004. Porém, ao contrário das *Linhas de Acção*, o *PARPA* não apresenta nenhum objectivo de redução da profundidade da pobreza.

Tal como nas *Linhas de Acção* infere-se que para que o programa tenha impacto na pobreza, deve haver um enquadramento macroeconómico que garanta a estabilidade e um crescimento económico sustentado. Para melhorar a situação da pobreza o crescimento tem de ter um padrão pró-pobres e ser acompanhado de um conjunto de políticas que beneficie os pobres.

Mencionam-se níveis baixos de inflação como sendo especialmente importantes para manter a estabilidade económica. Grande parte do crescimento em meados dos anos de 1990 foi depauperada por níveis altos de inflação que implicaram que as condições de vida melhoraram mais lentamente do que teria ocorrido caso contrário. Se for possível manter a inflação baixa e se a taxa de crescimento planeada de 7 a 9% por ano se concretizar, o Governo prevê que o PIB *per capita* cresça em aproximadamente 5% por ano.

“O objectivo geral do *Plano de Acção [PARPA]* é desenvolver e permitir uma monitoria coordenada eficaz das actividades para reduzir a pobreza a médio prazo e para erradicá-la a longo prazo” (GOM 2000:36). Para atingir esta meta o *PARPA* enumera uma série de pré-requisitos que têm de ser preenchidos para que seja bem sucedido. Para além de manter a estabilidade económica e um ritmo rápido e sustentado de crescimento económico, o *PARPA* tem de ser harmonizado com uma série de outros instrumentos de políticas como por exemplo a Política Populacional, a Estratégia de Segurança Alimentar, o Plano Estratégico Nacional de Combate a DTS/HIV/SIDA, o Plano de Acção Pós-Pequim e a Acção Social Nacional Integrada, o Programa de Emprego e Juventude. Além disso, conforme mencionado acima, uma afectação eficiente de recursos tem de ser empreendida através do Cenário Fiscal a Médio Prazo, do Plano Económico e Social e do Orçamento de Estado. Finalmente, o *PARPA* também tem de ser coordenado com o trabalho de redução da pobreza de grupos à margem do Governo tais como o sector privado, ONGs e diversas comunidades religiosas (GOM 1999:36).

Para atingir o alvo de redução da pobreza foram definidos nove objectivos intermédios relacionados com diversos sectores da economia moçambicana (GOM Tabela 1):

- manter um crescimento rápido e sustentável
- desenvolver capital humano através de investimentos na educação, na saúde, no acesso a água potável e saneamento
- aumentar a produtividade agrícola no sector dos agregados familiares
- desenvolver e melhorar as infra-estruturas rurais
- proteger os grupos mais vulneráveis
- promover o emprego e o auto-emprego
- melhorar a capacidade institucional e técnica em questões de pobreza

- melhorar a afectação dos recursos disponíveis e da ajuda externa
- reduzir assimetrias regionais.

Cada um dos objectivos intermédios corresponde a uma série de objectivos específicos, que juntamente com os alvos e com os programas do Governo se encontram especificados na quarta parte do *PARPA* (para uma apresentação dos objectivos específicos vd. o capítulo sobre o *PARPA* e a ajuda sueca). Os objectivos são coordenados com os planos sectoriais estratégicos e serão actualizados todos os anos. O propósito do *PARPA* é coordenar actividades de redução da pobreza nos diversos sectores definidos nos planos sectoriais estratégicos. Matrices sectoriais, em que se podem encontrar alvos para os diversos objectivos, são apresentadas para os seguintes sectores: educação, agricultura, infra-estruturas, saúde, emprego, segurança social, segurança alimentar e capacitação em aspectos de pobreza (GOM 2000:41).

Para que uma estratégia da pobreza seja eficiente, tem de contar com o apoio generalizado no seio da população, o que se reconhece no *PARPA* através da sua ênfase na importância de espalhar conhecimentos sobre a estratégia de redução da pobreza a diversos níveis do Governo e ao resto da sociedade. O aspecto da participação é acentuado de diversas formas no *PARPA*. Conforme mencionado acima, o *PARPA* é o resultado de uma concentração de esforços de diferentes ministérios públicos. O Governo também sustenta que tem estado a promover consultas regulares no âmbito das suas instituições quer a nível central quer regional desde 1998. Além disso, visto que o *PARPA* chama a atenção para o facto de a pobreza ser multidimensional, “esta requer o envolvimento de várias instituições na formulação de estratégias e programas de combate à pobreza, e na monitoria e avaliação da sua implementação” (GOM 1999:75). A estratégia irá envolver várias instituições, para além das governamentais, no planeamento, na formulação, na monitoria e na avaliação. Entre os grupos mencionados pelo Governo figuram o sector privado, representado pela comunidade empresarial, a sociedade civil e ONGs, instituições académicas e de investigação e a imprensa moçambicana.

Os progressos do *PARPA* serão monitorados quer a título anual quer quinquenal. Os diversos sectores serão monitorados todos os anos. Para poder avaliar e monitorar os progressos do programa, foram definidos indicadores que irão cobrir todos os passos do processo. Assim, haverá indicadores dos insumos (*input*) para avaliar a quantidade e a qualidade dos recursos

que são usados, indicadores do processo para medir o andamento da implementação do programa e indicadores do impacto para medir o resultado final. Os indicadores foram escolhidos segundo os critérios que deveriam ser não-ambíguos, comparáveis e passíveis de serem recolhidos.

Assente nos dados do *Inquérito Nacional aos Agregados Familiares* de 1996-97, a *Avaliação da Pobreza* (1998) identificou os determinantes de pobreza mais importantes. O *PARPA/PRSP-I* por sua vez usa este resultado para especificar uma série de indicadores anuais e quinquenais considerados pertinentes para monitorar os resultados da redução da pobreza em dez sectores-chave (Apêndice 1).

Alguns dos indicadores originais foram criticados por reflectirem mudanças de forma incorrecta na variável estudada. Por exemplo, a monitoria dos indicadores relacionados com o sector da saúde só se baseia em estatísticas recolhidas nos centros de saúde. Como consequência, as estatísticas de saúde não-oficiais não serão incluídas na monitoria. Outra falha do *PARPA* é a sugestão que as variáveis demográficas deverão ser monitoradas todos os anos, o que não é possível visto que estas variáveis resultam de inquéritos ou censos empreendidos a título quinquenal ou decenal. Além disso, o *PARPA* foi criticado por consistir em demasiados indicadores. Por conseguinte, na preparação do PRSP, uma revisão limitou o número de indicadores. Para monitorar o desenvolvimento dos indicadores, o INE irá usar questionários anuais, os chamados QUIBBs, dos quais os primeiros tiveram início em Novembro de 2000. A ideia é transformar o QUIBB num inquérito minucioso aos agregados familiares de cinco em cinco anos para acompanhar os resultados do Inquérito Nacional aos Agregados Familiares de 1996/97.

A Avaliação da Pobreza e o PARPA

A *Avaliação da Pobreza* mostrou claramente que a maior parte dos recursos em Moçambique são escassos e que o país tem grande necessidade de quase tudo. É por conseguinte necessário conferir prioridade às medidas mais urgentes e a *Avaliação da Pobreza* especificou consequentemente uma série de medidas que se prevê surtirem os maiores efeitos em acções de desenvolvimento (vd. capítulo sobre a *Avaliação da Pobreza*).

De que forma então é que as medidas de redução da pobreza do *PARPA* correspondem às medidas sugeridas na *Avaliação da Pobreza*? Visto que a *Avaliação da Pobreza* e o *PARPA* são documentos sequenciais esperamos que o *PARPA* siga com rigor as sugestões da *Avaliação da Pobreza*. Uma comparação entre as medidas sugeridas pelos dois documentos de combate à pobreza mostra que o *PARPA* acompanha a maior parte dos resultados da *Avaliação da Pobreza*. O *PARPA* considera os mesmos determinantes de pobreza que a *Avaliação da Pobreza*, i.e. o nível educacional baixo e a saúde precária, a baixa produtividade agrícola, as infra-estruturas precárias e uma carga de dependência elevada como os determinantes cruciais de pobreza.

O objectivo do *PARPA* de desenvolver capital humano através de investimentos na educação, na saúde, e no acesso a água potável e saneamento corresponde directamente a um maior investimento na educação conforme sugerido pela *Avaliação da Pobreza*. Podem-se encontrar objectivos mais específicos neste campo no *PARPA* que incluem ‘o aumento do acesso à instrução primária’ e ‘o aumento do número de profissionais’. O crescimento económico sustentado no *PARPA* é coberto pelo objectivo intermédio de manter um crescimento rápido e sustentável. A forma de alcançar crescimento é especificada no documento *Policy Framework Paper* (PFP) para 1999-2000.⁸

A necessidade de aumentar a produtividade agrícola é coberta no *PARPA* através do objectivo de aumentar a produtividade agrícola no sector dos agregados familiares. Também para a necessidade de melhorar as infra-estruturas rurais existe o objectivo explícito no *PARPA* de desenvolver e melhorar as infra-estruturas rurais. Não existe nenhum objectivo intermédio que corresponda directamente às necessidades de desenvolver um padrão sectorial de crescimento que favoreça um crescimento mais rápido nos sectores industrial e dos serviços e que reduza a taxa de fecundidade e a carga de dependência no âmbito dos agregados familiares. Porém, indirectamente estes alvos são cobertos por alguns dos objectivos. Por exemplo, os objectivos de crescimento reconhecem a necessidade de crescimento sectorial diversificado e o problema das razões de dependência elevadas é coberto pelo objectivo de desenvolver capital humano.

⁸ Uma matriz recentemente desenvolvida para os alvos macroeconómicos irá substituir o PFP no PRSP integral.

A ajuda sueca num contexto moçambicano

Em termos de desembolso Moçambique é um dos maiores parceiros da Suécia de cooperação para o desenvolvimento. O propósito da cooperação para o desenvolvimento entre a Suécia e Moçambique é o alívio da pobreza e o fortalecimento da democracia.

Neste capítulo iremos primeiro apresentar os princípios suecos para a cooperação para o desenvolvimento. A seguir iremos discutir a ajuda sueca a Moçambique e ver de que forma esta corresponde aos princípios da ajuda sueca e às metas da política moçambicana de redução da pobreza.

Princípios da redução sueca da pobreza

O objectivo principal da cooperação sueca para o desenvolvimento é o combate à pobreza. Já em 1962 se previa que “o objectivo da assistência sueca para o desenvolvimento é melhorar as condições de vida dos pobres” (Projecto de lei 1962:100). Esta postura foi reconfirmada em fins da década de 1970, quando se estabeleceu que “a cooperação sueca para o desenvolvimento deverá visar alcançar um padrão de vida mais elevado e condições de vida mais justas para pessoas pobres, para satisfazer as suas necessidades básicas e envolvê-las em decisões políticas que regem o desenvolvimento da sociedade” (UU 1978/ 79:1).

A definição de pobreza subjacente à cooperação sueca para o desenvolvimento conforme apresentada no documento “*Rights of the poor - our common responsibility*” (MNE 1997) é expressa em três dimensões: falta de segurança contra acontecimentos imprevistos, incapacidade de desenvolver recursos pessoais, e oportunidade insuficiente de assumir controlo sobre a situação de vida pessoal. Desta definição lata da pobreza se infere que os pobres não são um grupo homogéneo – as pessoas pobres são pobres por diversas razões. Mesmo assim, é possível fazer algumas caracterizações gerais dos pobres. Consequentemente, prevê-se que a maioria dos pobres viva em áreas rurais. No âmbito dos agregados familiares o rendimento é distribuído de forma desigual quer em relação a género quer a idades.

O objectivo sueco principal de eliminação da pobreza é desagregado em seis alvos, que deverão ser coordenados para atingir o objectivo principal. Estes alvos, que não estão dispostos por ordem, deverão ser alcançados:

- crescimento económico
- igualdade económica e social
- independência económica e política
- desenvolvimento democrático
- protecção ambiental
- igualdade de género

Pré-requisitos para o crescimento e o desenvolvimento económicos

Quais são então as estratégias para alcançar estes seis alvos e por esse meio também o objectivo principal da cooperação sueca para o desenvolvimento? Primeiro, a Suécia assenta a sua cooperação para o desenvolvimento no reconhecimento de que a ajuda não é suficiente para uma luta bem sucedida contra a pobreza. Existem vários pré-requisitos que têm de ser preenchidos para que uma estratégia de combate à pobreza seja implementada com êxito. Um é uma maior integração dos países pobres na economia mundial. A integração destes países na economia mundial, através por exemplo da liberalização do comércio, irá melhorar as possibilidades de estes países alcançarem uma taxa de crescimento mais elevada.

A vontade e a capacidade políticas de seguir uma política de redução da pobreza nos países pobres são outros pré-requisitos importantes. Para poder implementar com êxito uma política de redução da pobreza também é importante que o sector público funcione com eficiência e transparência. Intimamente relacionada com este aspecto encontra-se a necessidade de um sistema legal com capacidade de fazer cumprir a lei e a ordem.

A experiência mostra que a correlação entre o êxito de um país na redução da pobreza no seio da sua população e o crescimento do seu PIB *per capita* é grande. No documento “Rights of the poor” conclui-se que é necessária uma economia de mercado para uma luta sustentável contra a pobreza. Também se chama a atenção para o facto de se ter de conferir um rosto social e humano ao mercado livre, o que implica que a política económica tem de assentar em

dimensões sociais. Acentua-se o papel do Estado no fornecimento de estabilidade macroeconómica, infra-estruturas e regras claramente definidas.

Porém, o crescimento em si não é suficiente para reduzir a pobreza, também de ser distribuído de forma equitativa. Os critérios necessários para um crescimento equitativo são a compatibilidade deste com o uso sustentável de recursos naturais e a promoção da igualdade entre homens e mulheres. Além disso, o crescimento tem de ser amplo e diverso no sentido em que cobre muitos sectores diferentes, deverá ter uma distribuição relativamente igual a nível geográfico e deverá aumentar quer os rendimentos da maioria da população quer o nível global de emprego.

Visto que a pobreza em grande medida é um fenómeno feminino, outro pré-requisito para uma redução da pobreza bem sucedida é que a perspectiva de género seja integrada no planeamento da política de redução da pobreza. Assim, para uma redução eficiente da pobreza têm de ser considerados os efeitos de diversas políticas económicas nos homens e nas mulheres. Finalmente, tem de se tomar em linha de conta os aspectos ambientais, quando as estratégias de redução da pobreza são planeadas, visto que existe uma correlação estreita entre o ambiente e a pobreza.

Estratégias suecas de desenvolvimento

Em muitos países em desenvolvimento não existem os pré-requisitos de redução da pobreza mencionados. Como consequência do reconhecimento que estas condições são necessárias para uma redução eficiente da pobreza, pressupõe-se que a ajuda estrangeira sueca contribua para a sua criação e para o seu fortalecimento em cooperação com os países receptores. Durante os últimos anos tem aumentado a percepção de que o desenvolvimento deve assentar na vontade e na capacidade próprias dos países receptores. Também se tem reconhecido cada vez mais que a cooperação para o desenvolvimento tem de assentar em parcerias que confirmem maior responsabilidade aos países em desenvolvimento.

A tónica na criação de um ambiente adequado à redução da pobreza também se reflecte no perfil sueco anti-pobreza que realça medidas em áreas tais como a promoção da democracia, dos direitos humanos e de uma boa governação, crescimento equitativo, capacidade humana e

oportunidades, a garantia de segurança individual para os grupos mais pobres e mais vulneráveis e apoio relacionado com a resolução de conflitos e calamidades.

A política da cooperação sueca para o desenvolvimento para a promoção da democracia, dos direitos humanos e de uma boa governação incide no desenvolvimento quer da democracia central quer da local. Para alcançar esta meta, são incentivados os projectos de desenvolvimento que apoiam reformas da administração pública e o fortalecimento do Estado de direito. Outro exemplo de ajuda para o fortalecimento da democracia é o apoio a processos eleitorais. O aumento das oportunidades de as pessoas pobres participarem em eleições é considerado uma parte importante da promoção da democratização. Em especial é acentuada e apoiada a participação das mulheres nos processos democráticos. Os direitos da criança, o combate à corrupção e o desenvolvimento de órgãos de comunicação social independentes são outras actividades para o fortalecimento dos direitos humanos que são apoiadas pela ajuda sueca.

Pressupõe-se que a cooperação sueca para o desenvolvimento integre a resolução e a prevenção de conflitos na sua política global. Uma condição para a ajuda sueca poderia por conseguinte ser uma boa vontade em encontrar soluções para conflitos e calamidades. Também se pressupõe que a Suécia apoie os seus parceiros de desenvolvimento com métodos de análise de conflitos.

Ao fortalecer a interacção entre o desenvolvimento económico e social, a ajuda sueca deverá contribuir para um crescimento equitativo de diversas maneiras. Uma é através da ênfase das necessidades dos pobres e da luta contra a pobreza na formulação de programas de ajustamento estrutural. Outra maneira é ligar o apoio ao Orçamento de Estado a condições que os meios fornecidos deverão ser usados de forma a beneficiarem os pobres. Uma outra maneira ainda de contribuir para o alcance de um crescimento equitativo é através do apoio a sectores da economia com uma grande parcela de pobres, tais como, por exemplo, a agricultura. Isto pode, por exemplo, ser feito através de reformas agrárias e apoio à investigação e a acções de formação que visem o aumento da produtividade agrícola. Outra maneira em que a assistência estrangeira pode contribuir para o crescimento equitativo é através do apoio a regiões desfavorecidas no país receptor da ajuda. A ajuda estrangeira que apoia o financiamento local, por exemplo micro-créditos ou métodos de produção intensivos de trabalho, também pode contribuir para o crescimento equitativo.

A definição de pobreza, em que a cooperação sueca para o desenvolvimento assenta, inclui a incapacidade de desenvolver recursos pessoais e a oportunidade insuficiente de assumir o controlo da situação de vida pessoal. Consequentemente, pressupõe-se que a ajuda sueca estrangeira fortaleça a capacidade humana e as oportunidades. Isto pode ser alcançado através de uma melhoria dos serviços de saúde e educação, e indirectamente através do fornecimento de infra-estruturas sociais ou físicas. O fornecimento de capital, programas de emprego e empréstimos para novas empresas são outras formas de melhorar a situação dos pobres. Também se pressupõe que a cooperação sueca para o desenvolvimento incida a tónica especialmente na situação das mulheres através, por exemplo, de apoio à educação feminina ou ao desenvolvimento de novos sistemas para assistência infantil.

A estratégia sueca de redução da pobreza também visa a contribuição para um aumento da segurança individual para os pobres. Exemplos da cooperação para o desenvolvimento, que podem melhorar a situação dos pobres neste aspecto, são assistência na construção de formas diversas de redes de segurança social tais como seguros e sistemas de pensões.

A ajuda sueca em Moçambique

Uma cooperação para o desenvolvimento entre a Suécia e Moçambique implica um desembolso anual de doações de cerca de MSEK 500 (MUSD 50) por ano. Para além de apoiar sectores específicos, uma grande fatia da assistência sueca para o desenvolvimento é dirigida ao apoio à balança de pagamentos e ao alívio da dívida. A democracia e os direitos humanos são outras áreas que recebem apoio sueco. Como parte da sua estratégia de alívio à pobreza a Suécia deseja dirigir o seu apoio às zonas norte e centro de Moçambique. O apoio integrado visa em particular a província do Niassa. Os sectores que recebem apoio são a educação, a investigação, as estradas, a energia, a agricultura, a cultura, a administração pública e o sector privado. A Tabela 6 mostra o desembolso planeado da ajuda sueca a Moçambique no ano 2000.

Tabela 6 Desembolso sueco planeado para Moçambique no ano 2000

	MSEK	Parcela do apoio total (%)
Educação	40	8.0
Investigação	37	7.4
Estradas	99	19.7
Administração Pública	50	10.0
Energia	14	2.8
Agricultura	20	4.0
Cultura	5	1.0
Niassa	34	6.8
Democracia e direitos humanos	31	6.2
Desenvolvimento empresarial	20	4.0
Apoio à BdP e alívio da dívida	100	19.9
ONGs suecas	25	5.0
Apoio regional	2	0.4
Assistência de emergência multilateral	24	4.8
Total	501	100.0

Fonte: Asdi

O PARPA e a ajuda sueca a Moçambique

Até agora este documento apresentou o perfil e os determinantes da pobreza moçambicana, a estratégia moçambicana de redução da pobreza conforme expressos no *PARPA*, e os princípios e o desembolso geral da ajuda sueca a Moçambique. Neste capítulo tentamos apresentar de forma sucinta de que modo a ajuda sueca corresponde aos objectivos de redução da pobreza do *PARPA*.

Os objectivos gerais das estratégias sueca e moçambicana de desenvolvimento são obviamente as mesmas: reduzir a pobreza a curto prazo e erradicá-la a longo prazo. A nível de princípios também é possível encontrar uma boa correspondência entre os seis alvos intermédios suecos da ajuda⁹ e o perfil sueco de pobreza¹⁰ por um lado, e os objectivos intermédios do *PARPA*¹¹ por outro lado. Por exemplo, a ênfase da cooperação sueca no

⁹ Crescimento económico, igualdade económica e social, independência económica e política, desenvolvimento democrático, protecção ambiental e igualdade de género.

¹⁰ Promoção da democracia, dos direitos humanos e de uma boa governação, crescimento equitativo, capacidade humana e oportunidades, garantia de segurança individual para os grupos mais pobres e mais vulneráveis e apoio relacionado com a resolução de conflitos e calamidades.

¹¹ Manter um crescimento rápido e sustentável, desenvolver capital humano através de investimentos na educação, saúde, acesso a água potável e saneamento, aumentar a produtividade agrícola no sector dos agregados familiares, desenvolver e melhorar as infra-estruturas rurais, proteger os grupos mais vulneráveis, promover o

crescimento económico e na promoção de capacidade humana e oportunidades corresponde directamente aos objectivos do *PARPA* de alcançar um crescimento sustentável e de desenvolver capital humano. De modo semelhante, é possível encontrar uma correspondência entre as outras áreas cobertas no perfil sueco de anti-pobreza e os objectivos intermédios moçambicanos.

De que forma então é que cooperação sueca para o desenvolvimento corresponde na prática às necessidades de Moçambique? Uma forma de responder a esta pergunta é comparar a distribuição sueca da ajuda a diferentes actividades e sectores com os objectivos específicos de redução da pobreza conforme expressos no *PARPA*. As Tabelas 7 a 15 apresentam os objectivos específicos de cada um dos nove objectivos intermédios do *PARPA* e da ajuda sueca que foi planeada para ser desembolsada a Moçambique no ano 2000. O propósito destas tabelas não é sugerir uma correspondência estrita entre objectivos específicos moçambicanos de redução da pobreza e formas especiais da ajuda sueca, mas dar uma imagem geral de como a ajuda sueca corresponde às necessidades conforme expressas na estratégia moçambicana de redução da pobreza. De facto, em vários casos a ajuda é sobreposta no sentido em que os seus efeitos cobrem mais do que um dos objectivos. Ao considerarem-se as tabelas também se deve ter em mente que a ajuda sueca é apenas uma fonte de recursos para cumprir os objectivos moçambicanos de redução da pobreza. Para obter uma imagem mais completa da forma como os recursos disponíveis correspondem aos objectivos, também tem de se considerar os recursos de outros doadores e os recursos nacionais.

A Tabela 7 indica que as formas da cooperação sueca para o desenvolvimento que mais directamente podem contribuir para o objectivo de manter um crescimento económico rápido e sustentado são o apoio à balança de pagamentos e o alívio da dívida, que recebem cerca de um quinto do apoio sueco a Moçambique. É de prever que esta forma de ajuda surta um efeito positivo na propriedade, visto que proporciona relativamente mais liberdade do que outras formas de ajuda às prioridades próprias do receptor. No entanto, por vezes estas formas de ajuda são concedidas sob condição de serem usadas para despesas nos sectores de saúde e educação.

emprego e o auto-emprego, melhorar a capacidade institucional e técnica em questões de pobreza, melhorar a afectação dos recursos disponíveis e da ajuda externa, reduzir assimetrias regionais.

Tabela 7 Relevância do apoio sueco com respeito ao objectivo do *PARPA* de manter um crescimento rápido e sustentável

Objectivos específicos do <i>PARPA</i>	Exemplos do apoio sueco
• Alvos macroeconómicos com respeito ao deficit orçamental, à inflação, à conta corrente, etc. (especificados no PFP 1999-2002 para o PRSP Interino e em matrizes recentemente desenvolvidas para o PRSP Integral)	• A Suécia apoiou o programa de reformas económicas de Moçambique com 50 milhões de SEK em apoio à balança de pagamentos para 1999. • A Suécia acelerou o seu alívio da dívida e apoio orçamental em resposta à emergência devido às cheias desembolsando 100 milhões de SEK em Março-Abril de 2000. Ambos os apoios visam minimizar o impacto da emergência no crescimento a curto e médio prazo, nas reformas económicas e nos programas de redução da pobreza de Moçambique.

Fontes: Citado de GOM (2000a) e Asdi (2000)

De acordo com o resultado da *Avaliação da Pobreza*, o desenvolvimento de capital humano é provavelmente a medida mais importante de redução da pobreza em Moçambique.

Consequentemente, um dos objectivos do *PARPA* é desenvolver capital humano através de investimentos na educação, na saúde, no acesso a água potável e saneamento (Tabela 8). Entre os sectores sociais são em particular a educação e a investigação que recebem ajuda sueca. Oito por cento da ajuda sueca vão para a educação. Se considerarmos a ajuda que conduz à melhoria de capital humano (educação e investigação), mais de 15 por cento da ajuda sueca caem dentro desta categoria.

Em 1997 celebrou-se um novo acordo entre a Suécia e Moçambique relativamente ao apoio ao ensino primário, à educação de adultos, à formação técnica e ao desenvolvimento de capacidade. A partir do ano 2000 a Suécia também irá prestar apoio ao programa sectorial. A ajuda sueca à investigação é dirigida à Universidade Eduardo Mondlane em Maputo, onde a administração central e o departamento de agricultura são apoiados. Além disso, a Suécia apoia organizações não-governamentais concentradas em actividades sociais.

A Tabela 8 indica uma correspondência bastante boa entre os objectivos do *PARPA* de educação e o apoio sectorial sueco em especial no que respeita ao ensino primário e à educação de professores. Também se poderá notar que a Suécia optou por ficar fora do sector da saúde, que, para além do sector da educação, é o outro sector importante para o desenvolvimento de capital humano.

Tabela 8 Relevância do apoio sueco com respeito ao objectivo do *PARPA* de desenvolver o capital humano através de investimentos na educação, na saúde, no acesso a água potável e saneamento

Objectivos específicos do <i>PARPA</i>	Exemplos do apoio sueco
• Aumento do acesso à instrução primária • Redução do analfabetismo adulto • Aumento do acesso das raparigas à educação • Aumento do número de profissionais qualificados • Melhorias dos cuidados primários de saúde • Aumento e melhoria do acesso e da qualidade dos cuidados de saúde para mulheres e crianças • Prevenção das principais doenças endémicas • Melhoria da saúde do jovem • Prevenção da infecção HIV/SIDA • Melhoria da nutrição • Melhoria do acesso a água potável e saneamento • Promoção do Planeamento Familiar	• Terminação gradual do apoio à Escola Industrial na Beira e ao Instituto Nacional para desenvolvimento do ensino • Apoio intercalar ao IAP para ensino à distância de professores primários • Um programa para desenvolvimento da capacidade da administração do sector de educação • Assistência técnica ao Ministério da Educação • Apoio a estudos, avaliações e acções de auditoria • Apoio a necessidades de emergência e reabilitação depois das cheias • Distribuição de livros escolares através da Caixa Escolar • Possivelmente financiar outras partes do Plano Estratégico do Sector de Educação através da cooperação de uma combinação de mecanismos com outras agências de financiamento • Co-financiamento de uma iniciativa para empreender uma revisão de estudos sobre o sector de educação • A preparação de um prolongamento do apoio da Asdi/Sarec à investigação na Universidade Eduardo Mondlane 2001-03 já começou

Fontes: Citado de GOM (2000a) e Asdi (2000)

Medidas para o aumento da produtividade na agricultura são outras medidas de redução da pobreza realçadas pelo *PARPA* (Tabela 9). Embora a ajuda sueca não apoie directamente a produção, presta um apoio indirecto à agricultura através do apoio ao PROAGRI, que é o programa quinquenal do sector agrícola. A Suécia também contribui para o fortalecimento dos direitos de propriedade através do apoio ao inquérito agrícola nacional, DINACECA. Além disso, ao apoiar a empresa SEMOC a Suécia financia o desenvolvimento de sementes de produção. Cerca de 4 por cento da ajuda sueca são alocados para o sector agrícola.

Tabela 9 Relevância do apoio sueco com respeito ao objectivo do *PARPA* de aumentar a produtividade agrícola no sector dos agregados familiares

Objectivos específicos do <i>PARPA</i>	Exemplos do apoio sueco
• Aumento da produtividade agrícola através de encorajar o uso de sementes melhoradas, serviços de extensão, o uso de fertilizantes, entre outras coisas • Melhoria do acesso à terra • Melhoria do acesso a mercados • Melhoria do acesso a recursos financeiros • Melhoria da segurança alimentar • Melhoria da gestão dos recursos naturais • Promoção de associações de camponeses melhoria do sistema de comunicação • Promoção da educação nutricional e de hábitos saudáveis	• A Asdi está envolvida nas duas sub-componentes Investigação e Terra no âmbito do PROAGRI.

Fontes: Citado de GOM (2000a) e Asdi (2000)

Para além do apoio à balança de pagamentos e ao alívio da dívida, as infra-estruturas são a área que recebe a maior parte da ajuda sueca (Tabela 10). Uma grande fatia da ajuda (quase 20 por cento) vai para as infra-estruturas físicas e em especial para a construção de estradas. A Suécia tem apoiado as diversas fases do programa rodoviário nacional (ROCS, ROCS2 and Roads). O apoio tem sido principalmente dirigido à construção de estradas terciárias nas áreas rurais.

O sector da energia recebe quase 3 por cento da ajuda sueca. A Suécia apoia o sector da energia com assistência técnica para melhorar a eficiência no âmbito da EDM e na construção da rede eléctrica em Nampula. A Suécia também planeia, juntamente com a Noruega, apoiar a ampliação da rede eléctrica ao Niassa.

Tabela 10 Relevância do apoio sueco com respeito ao objectivo do *PARPA* de desenvolver e melhorar as infra-estruturas rurais

Objectivos específicos do <i>PARPA</i>	Exemplos do apoio sueco
• Melhoria das estradas rurais • Melhoria da habitação • Melhoria do acesso a serviços de energia • Criação de melhores condições e melhoria da situação de isolamento nas áreas rurais	• Prolongamento do Programa de Estradas Distritais • Prolongamento da avaliação de estradas danificadas pela chuva e apoio a trabalhos de empreitada para pôr a auto-estrada nacional n.º 1 e estradas adjacentes em condições de aguentar chuvas no futuro • Apoio administrativo a empreiteiros de estradas paraestatais • Os programas em curso no âmbito da cooperação entre a Suécia e Moçambique foram prolongados até ao primeiro trimestre de 2000. • O projecto de electrificação rural na Província de Nampula será concluído em fins de Abril de 2000. A Assistência Técnica ao Programa EDM acabou em Março e seguiu-se de um contrato limitado com repartição de custos durante 2000 e 2001. A tónica incide no apoio a nível alto das relações da EDM com a SAPP (Southern Africa Power Pool) e numa continuação do Programa de Redução de Perdas.

Fontes: Citado de GOM (2000a) e Asdi (2000)

O objectivo intermédio do *PARPA* de proteger grupos vulneráveis não é directamente coberto pela ajuda sueca. Porém, a ajuda sueca que figura nas outras tabelas serve indirectamente este propósito. A educação, melhorias em infra-estruturas e a criação de postos de trabalho são medidas com potencial para melhorar a situação dos pobres.

Tabela 11 Relevância do apoio sueco com respeito ao objectivo do *PARPA* de proteger os grupos mais vulneráveis

Objectivos específicos do <i>PARPA</i>	Exemplos do apoio sueco
• Melhoria da qualidade dos serviços de apoio social • Sistema de pensões • Reabilitação social de grupos vulneráveis	• Efeitos indirectos através de investimentos na educação, nas infra-estruturas, etc. (por exemplo Tabelas 8, 10)

Fontes: Citado de GOM (2000a)

Quando se trata de ajuda que favorece um crescimento mais rápido nos sectores industrial e dos serviços contribuindo desse modo para o emprego e o auto-emprego, a Suécia contribui através do seu apoio ao desenvolvimento empresarial (Tabela 12). O apoio ao desenvolvimento empresarial, que recebe entre quatro e cinco por cento da assistência sueca, vai para pequenas e médias empresas, programas de formação para pequenas empresas no norte do país, e para um pequeno fundo de fomento à pequena indústria. Uma contribuição mais directa para a promoção do emprego são os métodos intensivos de trabalho que têm sido usados para construir estradas nas áreas rurais (vd. acima).

Tabela 12 Relevância do apoio sueco com respeito ao objectivo do *PARPA* de promover o emprego e o auto-emprego

Objectivos específicos do <i>PARPA</i>	Exemplos do apoio sueco
• Promoção do emprego nas áreas rurais • Formação técnico-profissional	A assistência sueca no âmbito do desenvolvimento do sector privado cobre apoio: • ao Instituto Nacional de Normalização de Qualidade (INNOQ), • ao Fundo de Fomento à Pequena Indústria (FFPI), • às Associações Económicas de Moçambique (CTA), • à privatização da DINAME (empresa estatal para a edição e distribuição de livros escolares). Foi preparado um novo apoio para o sector de micro-financiamento e para um programa do sector privado na Província do Niassa. Têm sido usados métodos intensivos de trabalho para criar empreitadas para a construção de estradas em áreas rurais.

Fontes: Citado de GOM (2000a) e Asdi (2000)

Outra área importante para a ajuda sueca é a administração pública. O Ministério do Plano e Finanças recebe apoio para melhorar os seus sistemas de orçamentação, contabilidade e auditoria interna. Outras áreas que recebem apoio sueco são um Gabinete de Estudos no Ministério do Plano e Finanças e a produção de estatísticas no Instituto Nacional de Estatística (INE). A Suécia também apoia a descentralização da administração central e local,

medidas para aumentar a competência de funcionários públicos e irá prestar apoio institucional ao Tribunal de Contas em Moçambique.

Tabela 13 Relevância do apoio sueco com respeito ao objectivo do *PARPA* de melhorar a capacidade institucional e técnica em questões de pobreza

Objectivos específicos do <i>PARPA</i>	Exemplos do apoio sueco
• Formação • Investigação e monitoria	• O Acordo Específico entre a Suécia e Moçambique relativamente ao apoio à administração pública foi prolongado até Setembro de 2000. O Acordo Específico consiste no Projecto de Gestão de Finanças Públicas (PGFP) no Ministério do Plano e Finanças e no apoio aos programas de gestão dos funcionários públicos da administração local no Ministério da Administração Estatal. • A Suécia também apoia um Gabinete de Estudos no Ministério do Plano e Finanças, a produção de estatísticas no Instituto Nacional de Estatística e o fortalecimento de capacidade de auditoria no Tribunal Administrativo.

Fontes: Citado de GOM (2000a) e Asdi (2000)

Para uma implementação bem sucedida do *PARPA* é essencial uma coordenação com a cooperação dos doadores para o desenvolvimento (Tabela 14). Caso contrário, existe um risco óbvio de a política dos doadores se sobrepor ou contradizer a política do Governo. Para os doadores é importante conhecer as intenções e as acções do Governo para tornar a assistência para o desenvolvimento tão eficiente quanto possível. Exemplos de uma tal coordenação em que a Suécia toma parte são a iniciativa por parte de nove doadores bilaterais de harmonizar o seu apoio macroeconómico e torná-lo condicional aos progressos do PRSP, a coordenação de doadores que se opera no contexto dos programas sectoriais (SWAPs) e o apoio conjunto de assistência técnica por parte dos países escandinavos ao Instituto Nacional de Estatística (INE).

Tabela 14 O apoio sueco e o objectivo do *PARPA* de melhorar a afectação dos recursos disponíveis e da ajuda externa

Objectivos específicos do <i>PARPA</i>	Exemplos do apoio sueco
• Introdução de uma visão a médio prazo na programação de receitas e despesas e sua operacionalização • Integração entre políticas sectoriais e recursos disponíveis	• A Suécia e oito outros doadores bilaterais decidiram harmonizar o seu apoio macroeconómico e torná-lo condicional aos progressos do <i>PARPA/PRSP</i>. • Coordenação de doadores no contexto dos programas sectoriais

Fontes: Citado de GOM (2000a) e Asdi (2000)

A maior parte do apoio regional, que constitui cerca de 7 por cento da ajuda sueca total, vai para a província do Niassa, que tem sido apoiada desde 1998. O objectivo global do apoio é

criar um crescimento sustentável na província e desse modo contribuir para o alívio à pobreza. O apoio é dirigido no sentido do apoio a infra-estruturas, ao orçamento provincial, à agricultura de pequena escala e ao desenvolvimento do sector privado.

Tabela 15 O apoio sueco e o objectivo do *PARPA* de reduzir assimetrias regionais

Objectivos específicos do <i>PARPA</i>	Exemplos do apoio sueco
• Facilitação da aplicação de regras e procedimentos, assim como da legislação para promover o sector privado • Promoção da descentralização e do empoderamento para o nível de Governos Provinciais (programação, gestão de recursos, e projectos)	• Foi assinado um prolongamento do Acordo Específico da preparação e iniciação do apoio à província do Niassa. Foram acrescentados mais 25 milhões de SEK aos previamente afectados 20 milhões de SEK para actividades no âmbito do sector privado e para medidas preparatórias que dizem respeito à sociedade civil. • O sub-programa Malonda está actualmente a ser organizado. Este visa o desenvolvimento de alternativas diversas para a criação de um ambiente que habilite as empresas agrícolas familiares e para estimular o sector privado emergente. A Suécia indicou boa vontade em financiar a reabilitação da estrada de Litunde até à fronteira de Cabo Delgado, assim como a construção de uma nova ponte permanente sobre o Rio Luambala. Foi apresentado um pré-estudo de viabilidade – para a linha de transmissão Gurué - Cuamba – Lichinga.

Fontes: Citado de GOM (2000a) e Asdi (2000)

Finalmente, um exemplo da ajuda sueca que não corresponde directamente aos objectivos do *PARPA* é o apoio à democracia e aos direitos humanos, que foi dirigido a várias áreas diferentes, tais como apoio às eleições em 1999, promoção de organizações da sociedade civil e de órgãos de comunicação social independentes, apoio a organizações que recolhem e destroem armas ilegais e minas terrestres, e apoio a diversas organizações de mulheres. Contudo, aqui devia ter-se em mente que embora o desenvolvimento democrático não seja um objectivo explícito, um dos princípios básicos por trás de todo o processo de redução da pobreza é a ideia de participação e propriedade. Outra forma da ajuda sueca que não tem uma correspondência directa aos objectivos do *PARPA* é o apoio destinado à promoção de actividades culturais e ao aumento de conhecimentos sobre o património cultural nacional de Moçambique.

As Tabelas 7 a 15 indicam que quase toda a ajuda sueca a Moçambique (conforme expressa na Tabela 6) pode ser categorizada de acordo com os objectivos do *PARPA*. Uma razão desta correlação elevada é evidentemente o facto de os objectivos do *PARPA* não serem muito controversos e em grande medida expressarem conhecimentos já existentes da pobreza

moçambicana. Antes do *PARPA* havia a percepção de que é necessário promover o crescimento, desenvolver o capital humano, melhorar as infra-estruturas, reduzir as disparidades urbanas/rurais, etc. para reduzir a pobreza. A contribuição do *PARPA* pode ser observada na sua abordagem abrangente e ampla, que visa envolver todas as partes interessadas, incluindo os doadores, no processo de redução da pobreza. O grande desafio para a Suécia e para outros doadores reside na coordenação eficaz do apoio entre si e com as acções do Governo e de outros doadores.

Conclusões

Este estudo serve vários propósitos. Primeiro, visa dar uma descrição do perfil da pobreza moçambicana com base no estudo *Entendendo a Pobreza e o Bem-Estar em Moçambique: a Primeira Avaliação Nacional* (1998); segundo, faz uma apresentação da estratégia moçambicana de redução da pobreza para a qual o documento mais importante foi o *Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA)* 2000; e terceiro, apresenta a ajuda estrangeira sueca a Moçambique e de que forma esta se relaciona com a estratégia moçambicana de redução da pobreza.

A primeira parte deste estudo apresenta o perfil e os determinantes da pobreza moçambicana. Embora a qualidade dos dados subjacentes da *Avaliação da Pobreza*, que provêm do *Inquérito Nacional aos Agregados Familiares sobre as Condições de Vida* (MIAF) 1996/97, tenha sido questionada, a *Avaliação da Pobreza* dá uma imagem de valor do perfil e dos determinantes da pobreza em Moçambique. No perfil de pobreza mostra-se que a pobreza está ligada a níveis baixos de capital humano, a uma saúde precária, a uma baixa produtividade agrícola, a infra-estruturas físicas débeis e a pouco acesso a serviços básicos, e a taxas de fecundidade e a razões de dependência elevadas. Os determinantes de pobreza mais importantes revelaram ser um crescimento económico lento até ao início da década de 1990, um nível educacional baixo dos membros de agregados familiares nas faixas etárias economicamente activas, uma baixa produtividade na agricultura familiar, um desenvolvimento débil das infra-estruturas nas áreas rurais, a falta de oportunidades de trabalho dentro e fora do sector agrícola e taxas elevadas de dependência demográfica no âmbito dos agregados familiares.

Consequentemente, com base na análise dos determinantes de pobreza, as medidas advogadas pela *Avaliação da Pobreza* incluem um maior investimento na educação, um crescimento económico sustentado, um padrão sectorial de crescimento que favoreça um crescimento mais rápido nos sectores industrial e dos serviços, medidas para aumentar a produtividade agrícola, melhores infra-estruturas rurais, e a redução da taxa de fecundidade e da carga de dependência nos agregados familiares.

A distribuição assimétrica da pobreza, sendo a zona centro significativamente mais pobre do que o resto do país, é um resultado um tanto surpreendente da *Avaliação da Pobreza*. Este resultado é também politicamente delicado, visto que o partido da oposição, a Renamo, domina as partes mais pobres do país. Embora seja de valor ter a pobreza moçambicana formalmente documentada pela primeira vez, outros resultados da *Avaliação da Pobreza* são menos surpreendentes, com respeito aos resultados do perfil de pobreza e dos determinantes de pobreza. O nível baixo de educação, a razão de dependência elevada e as infra-estruturas débeis em Moçambique são bem conhecidos.

O capítulo seguinte analisa o objectivo global da estratégia moçambicana de desenvolvimento, que é a redução da pobreza. A parte da estratégia de desenvolvimento que trata especificamente da questão da pobreza é o *PARPA*. O *PARPA* formula um objectivo global interino de redução do número de pobres para 60 por cento da população até ao ano 2004. Para alcançar esta meta o *PARPA* prevê uma série de objectivos intermédios que cobrem áreas-chave tais como crescimento económico, educação, infra-estruturas físicas, etc.

O que é então novo nas estratégias sugeridas de redução da pobreza do *PARPA*¹² moçambicano? Primeiro, existe agora uma estratégia ampla para o combate à pobreza no sentido em que cobre todos os aspectos e sectores da sociedade com objectivos e alvos definidos para a maior parte das áreas. No entanto, a extensão do *PARPA* também levanta questões quanto a constrangimentos de capacidade. Por um lado, pode-se argumentar que embora a visão ampla do problema da pobreza expressa no *PARPA* seja basicamente positiva, poderá colocar um problema potencial devido às suas necessidades de capacidade. Por outro lado, visto que em todo o caso a maior parte das actividades ministeriais tem de ser planeada,

¹² Para uma análise de aspectos relacionados com a propriedade, o compromisso face à redução da pobreza, o processo de consulta e as consequências previstas do processo *PARPA/PRSP* em Moçambique vd. Falck and Landfald (2000).

implementada e administrada independentemente da existência do *PARPA*, pode-se questionar se se poderia poupar muita capacidade sem esta estratégia. Além disso, a formulação dos objectivos do *PARPA* toma explicitamente em linha de conta a falta de capacidade administrativa de Moçambique.

Segundo, o *PARPA* acentua a importância de divulgar a estratégia à população, o que se reflecte no que parece ser um compromisso genuíno por parte do Governo de envolver todas as partes da sociedade moçambicana nestes esforços. Espera-se que o sector público, a sociedade empresarial, a sociedade civil, as organizações religiosas, as ONGs, etc. contribuam para a execução da estratégia de redução da pobreza. Até agora o processo de participação tem sido lento e pode-se consequentemente suspeitar que os conhecimentos do conteúdo da estratégia de redução da pobreza fora do Governo sejam limitados. Porém, pode-se contar com melhorias neste sentido, visto que o Governo, no fim do ano de 2000, apresentou um plano de acção de consultas para a continuação da divulgação e do processo de participação do *PARPA/PRSP*.

Terceiro, todas as partes envolvidas concordam com a necessidade de propriedade nacional da estratégia de redução da pobreza. Quer o Governo quer os doadores multilaterais reconhecem a propriedade na íntegra por parte de Moçambique da estratégia de redução da pobreza conforme expresso no *PARPA*. Quarto, parece haver agora um interesse quer da parte moçambicana quer da parte de todos os doadores principais em coordenar as acções e os recursos de redução da pobreza. O lado avesso da coordenação de doadores proposta é que existe um risco de um efeito de “*ganging-up*” e de a coordenação dos doadores resultar numa pressão sobre a capacidade administrativa.

Nesta terceira parte, este estudo analisa os princípios da ajuda sueca e suas formas a Moçambique. A meta global da cooperação sueca para o desenvolvimento é a redução da pobreza e para alcançar esta meta foi formulada uma série de alvos intermédios. Mais exactamente, a cooperação sueca para o desenvolvimento visa a promoção da democracia, dos direitos humanos e de uma boa governação, um crescimento equitativo, capacidade humana e oportunidades, a garantia de segurança individual para os grupos mais pobres e mais vulneráveis e o apoio relacionado com a resolução de conflitos e calamidades.

Em termos de desembolso Moçambique é um dos maiores parceiros da Suécia de cooperação para o desenvolvimento e recebe anualmente cerca de MSEK 500 (MUSD 50). O propósito explícito da cooperação para o desenvolvimento entre a Suécia e Moçambique é o alívio à pobreza e o fortalecimento da democracia. As maiores fatias da ajuda sueca vão para a balança de pagamentos/o alívio da dívida e para a criação de infra-estruturas tais como estradas e electricidade. Outra área importante para a ajuda sueca é o sector da educação. Finalmente, este estudo discute de forma sucinta até que ponto a ajuda estrangeira sueca corresponde às necessidades moçambicanas conforme expressas nos objectivos do *PARPA*. Conclui-se que a maior parte das áreas-alvo da ajuda sueca está em conformidade com os objectivos considerados estratégicos pelo *PARPA* para alívio da pobreza, i.e. capital humano, crescimento, infra-estruturas, etc. O grande desafio para a Suécia reside na coordenação da sua ajuda com as acções do Governo e de outros doadores.

Referências

Andersson P. (2000) *Rating for Mozambique in the Index of Economic Freedom*, 2000, Gabinete de Estudos Discussion Paper No. 8: Maputo

Biggs, T., Nasir, J. and Fisman, R. (1999) *Structure and Performance of Manufacturing in Mozambique* Regional Program on Enterprise Development, World Bank

Bolnick B. (2000) *Economic Growth as an Instrument for Poverty Reduction in Mozambique: Framework for a Growth Strategy*, Gabinete de Estudos Discussion Paper No. 12: Maputo

DFID and Sida (1999) *Poverty Reduction Processes and Institutions* Paper Prepared for the Meeting of the SPA Working Group on Poverty and Social Policy, Draft for Discussion, Paris

European Commission DG Development (2000), *Poverty Reduction Strategy Papers: Guidance Notes* Note to Heads of Delegation, Heads of Unit and Desk Officers

Falck. H. and Landfald K. (2000) *The Poverty Reduction Strategy Process in Mozambique - A Preliminary Assessment* Lund/Oslo

Government of Mozambique (National Institute of Statistics) (1996/97) *The National Household Survey of Living Conditions 1996/97* (MIAF), Maputo

Government of Mozambique, Eduardo Mondlane University, and the International Food Policy Research Institute (IFPRI) (1998) *Understanding Poverty and Well-Being in Mozambique; The First National Assessment (1996-97)*, Maputo

Government of Mozambique (1999), *Action Guidelines for the Eradication of Absolute Poverty*, Maputo

Government of Mozambique (2000a) *The National Action Plan for the Reduction of Absolute Poverty 2000-2004* (PARPA), Maputo

Government of Mozambique (2000b), *The Interim Poverty Reduction Strategy Paper*, Maputo

Government of Mozambique (2000c) *Economic Development And Poverty Reduction - Present And Future Challenges*, Twelfth Meeting Consultative Group for Mozambique Financing needs Paris, June 8-9, 2000, Paris

Government of Niassa Province (1999) *Niassa 2005 Renewing Hope*: Lichinga

IDS (2000) *Poverty Reduction Strategies: A Part For The Poor?* Policy Briefings

IMF (1998) *Republic of Mozambique - Selected Issues*, Washington D.C.

IMF (1999) *Republic of Mozambique –Midterm Review Under the third Annual Arrangement Under the Enhanced Structural Adjustment Facility and Request for Waiver of Performance criterion*, Washington D.C.

IMF (2000a) *Decision Point Document for the Enhanced Heavily Indebted Poor Countries (HIPC) Initiative*, Washington D.C.

IMF (2000b) *Key Features of IMF Poverty Reduction and Growth Facility (PRGF) Supported Programs*, Washington D.C.

IMF (2000c) *The IMF's Poverty Reduction and Growth Facility*, Washington D.C.

IMF (2000d) *Poverty Reduction Strategy Papers – Progress in Implementation*, Washington D.C.

Löfström Berg, I. (2000) *The World Bank/IMF Poverty Reduction Strategies Initiative - PRSP: Background information and updates Sida Policy*, Stockholm

Ministry for Foreign Affairs (1997) *The Rights of the Poor – Our Common Responsibility – Combatting Poverty in Sweden's Development Co-operation*, Government Report 1996/97:169: Stockholm

Ministry for Foreign Affairs of Sweden (1998) *Demokrati och mänskliga rättigheter i Sveriges utvecklingssamarbete*, Government Communication SKR 1997/98:76: Stockholm

Ministry for Foreign Affairs of Sweden (1998) *Africa on the Move – Revitalising Swedish Policy towards Africa for the 21st Century*, Government Communication SKR 1997/98:122: Stockholm

Norton, A. CAPE, ODI 19/11/99 *Note on Process Monitoring of Country Poverty Reduction Strategies*

Nunes, J. C. (2000) *Growth, Development and Poverty Reduction: The Mozambique Case*

OECD/DAC (2000) *DAC Source Book on Poverty Reduction* (draft), Paris

OECD/ DAC Informal Network on Poverty Reduction (2000) *Outline of the DAC Guidelines for Development Co Operation in Support of Poverty Reduction*, Paris

Sida (2000) *Semi-annual Report Mozambique*, Embassy of Sweden, Maputo

Sida/UD (2000) *Riktlinjer för landstrategier i svenskt utvecklingssamarbete* Stockholm

The World Bank (1999) *Mozambique: Policy Framework Paper, 1999-2002*, Washington

The World Bank (2000a) *A Sourcebook for Poverty Reduction Strategies*, Washington D.C.

The World Bank (2000b) *Can Africa Claim the 21st Century*, Washington

The World Bank (2000c) *Mozambique: Country Assistance Strategy*, Washington

The World Bank (2000d) *World Development Report 2000/2001 Attacking Poverty*, Washington: Oxford University Press

Anexo 1 Indicadores de Monitoria Anuais e Quinquenais

Tabela A.1.1 Indicadores anuais

Sector	Indicadores Anuais
a) Área Demográfica	Taxa de crescimento populacional Esperança de vida Taxa global de fecundidade Taxa de dependência
b) Área Macroeconómica	Taxa de crescimento económico (PIB) PIB <i>per capita</i> Taxa de inflação Proporção das despesas públicas para os sectores sociais
c) Segurança Alimentar	Saldo alimentar (disponibilidade e necessidades de cereais) Produção total de colheitas básicas Preços de colheitas básicas Situação ambiental (seca, cheias, surtos de peste e calamidades)
d) Educação	Taxa bruta de escolaridade Taxa bruta de admissão Número de escolas Número de alunos Percentagem de raparigas Número de formados (5º ano) Razão aluno/professor
e) Agricultura e Desenvolvimento Rural	Preços de colheitas agrícolas básicas Produção de colheitas agrícolas básicas Produtividade por hectare das colheitas principais Produção animal e seus derivados (ovos e leite) Pesca artesanal Comercialização agrícola do sector familiar Produtos de peixe comercializados (artesanal) Situação de mercados agrícolas
f) Infra-estruturas	Km de estradas primárias e secundárias reabilitadas Km de estradas terciárias reabilitadas e construídas Percentagem de estradas boas, más, razoáveis e intransitáveis (nível nacional) Número de poços e furos de sondagem reabertos % de pessoas com acesso a água canalizada (áreas rurais e urbanas)
g) Saúde	Prevalência do SIDA e do HIV Número de consultas pré-natais Número de partos em unidades de atendimento Cobertura da imunização (tuberculose, poliomielite, sarampo e tétano) Taxa de nascimentos com peso deficiente Taxa de raquitismo
h) Emprego	Taxa de desemprego Número de postos de trabalho criados (áreas rurais e urbanas) Beneficiários do sistema de segurança social (reintegração laboral)
i) Segurança Social	Número de crianças assistidas (empenhadas em actividades ocupacionais, assistidas em centros especiais, com acesso a subsídios alimentares) Número de deficientes assistidos Número de idosos assistidos Número de toxicodependentes reabilitados
j) Fortalecimento da Capacidade Institucional em Aspectos de Pobreza	Inclusão da perspectiva de pobreza em planos de desenvolvimento sectoriais e provinciais Número de técnicos formados em análise de pobreza Número de seminários e cursos anuais de pobreza Resultados de investigações

Fonte: PARPA Tabela 5

Anexo 2 Variáveis Macroeconómicas

Tabela A.2.1 Finanças públicas, 1993-98 (em biliões de meticais)

	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Total das receitas	1093	1526	2413	3479	4623	5311
Receitas tributárias	995	1397	2202	3193	4235	4946
Impostos sobre rendimentos e lucros	157	273	400	633	879	951
Impostos sobre bens e serviços	535	739	1153	1727	2389	2366
Impostos sobre o comércio internac.	279	343	579	693	812	951
Outros impostos	25	42	70	140	155	178
Receitas não-tributárias	98	129	211	286	388	365
Total das despesas e créditos líquidos	2305	407	5157	6773	9498	10207
Despesas correntes	116	1978	2188	3077	4272	5268
Saldo corrente	-74	-452	225	402	351	43
Despesas de capital	1097	2119	2863	3669	4816	4641
Créditos líquidos	40	0	106	27	410	298
Saldo global antes das doações	-1212	-2571	-2744	-3294	-4736	-4923
Saldo global depois das doações	-280	-714	-654	-1003	-1031	-1105
Financiamento externo (líquido)	204	788	816	1377	2329	2172
Financiamento interno	76	-74	-162	-374	-1298	-1067

Fonte: FMI 1998, 1999

Tabela A.2.2 Produção bruta 1993-97 (em biliões de meticais)

	1993	1994	1995	1996	1997
Agricultura e pecuária	2125	3127	5018	8043	8918
Indústrias e pescas	1250	1903	3395	5335	6048
Construção	849	1484	2405	3437	3807
Transportes e comunicações	1157	1621	2454	3133	3837
Serviços	2671	4370	6411	9330	11237
Comércio por grosso e a retalho	583	948	1486	2081	2324
Restaurantes e hotéis	244	391	563	1012	1109
Serviços de produção	743	1345	2191	3219	3733
Serviços públicos	915	1340	1657	2318	3281
Serviços internos	186	346	514	702	791
Produção bruta	8051	12505	19685	29279	33847

Fonte: FMI 1998

Tabela A.2.3 Balança de pagamentos, 1993-98 (em milhões de US dólares, salvo especificação em contrário)

	1993	1994	1995	1996	1997	1998 ^a
Balança comercial	-697,9	-717	-552,7	-556,5	-530	-620,1
Exportações (f.o.b.)	131,8	164	174,3	226,1	230	248,2
Importações (c.i.f.)	-829,7	-881	-727	-782,6	-760	-868,3
Serviços (líquidos)	-126,6	-147,3	-124,1	-85,3	-80,3	-185,9
Conta corrente (exclusive doações)	-824,5	-864,3	-676,8	-641,7	-610,3	-806,0
Transferências oficiais unilaterais	503,3	564,6	339,2	282,9	312,9	313,2
Conta corrente (incluindo doações)	-321,2	-299,7	-337,6	-358,8	-297,4	-492,8
Conta de capital	-107	-9,7	63,8	238,6	182,5	256,0
Capital de curto prazo e erros e omissões (líq.)	-8	11,3	23,2	57,7	23,9	22,7
Saldo global	-436,2	-298	-250,6	-62,5	-90,9	-214,1
Financiamento	436,2	298	250,6	62,5	90,9	214,1
Activos estrangeiros líquidos	46	-52,4	-59,6	-159,3	-148,1	-77,2
Mudança líquida nos atrasados (aumento +)	177,8	147,3	189,4	-64,5	-3935,2	24,2
Gap de financiamento	212,2	203,2	120,9	286,3	4174,3	267,1
Alívio da dívida	212,2	203,2	120,9	286,3	4174,3	267,1

Nota: a) estimativas

Fonte: FMI 1998, 1999

Tabela A.2.4 Inquérito Monetário, *stocks*, 1993-97 (em biliões de meticais)

	1993	1994	1995	1996	1997
Activos estrangeiros líquidos	709	1147	2486	4501	6269
Activos nacionais líquidos	1310	2033	2434	1458	1200
Créditos ao Governo, líquidos	39	-87	-320	-748	-1347
Créditos à economia	1095	1711	2536	3565	5209
Moeda e quase moeda (M2)	2019	3181	4920	5958	7469
Moeda	1796	2895	4493	5237	6208

Fonte: FMI 1998

Tabela A.2.1 Inquérito Monetário, *fluxos*, 1993-97 (em biliões de meticais)

	1993	1994	1995	1996	1997
Activos estrangeiros líquidos	-75	289	485	2102	1701
Activos nacionais líquidos	786	728	731	-1105	-187
Créditos ao Governo, líquidos	79	-74	-137	-433	-605
Créditos à economia	197	616	825	1103	1697
Fluxo de M2 ajustado	711	1017	1217	997	1515
Mudança no <i>stock</i> de M2	889	1162	1739	1038	1511

Fonte: FMI 1998

Country Economic Reports

Nicaragua 1995: A New Door Might be Opened	1996:1
Tanzania 1995: Ten Years of Economic Reform	1996:2
Laos 1995: Labour Market Adjustment and Human Resource Mobilization	1996:3
Lesotho 1995; Lesotho's Strategic Economic Options: Towards Closer Integration	1996:4
Guinea Bissau 1995: Missing the Beat	1996:5
Vietnam 1995: Sustainable Growth and the Issue of Capital	1996:6
Kenya 1995: Hesitant but Back on Track	1996:7
Zimbabwe 1995: Domestic and External Debt in Zimbabwe	1996:8
Vietnam 1996: Approaching The Next Stage of Reforms	1996:9
Tanzania 1996: The Impact of Balance of Payment Support	1996:10
Angola 1996: Hyper-Inflation, Confusion and Political Crisis	1996:11
Eritrea 1996: A Peaceful Struggle for Sustained Independence	1996:12
Laos 1996: One Step Back or One Step to the Side?	1996:13
Kenya 1996: Economic Reforms and Impediments to Growth	1996:14
Uganda 1996: Security, Credibility and Market Development	1997:1
Guinea-Bissau 1996: Looking for New Development Paths	1997:2
The South African Economy in 1996: From Reconstruction and Development to Growth, Employment and Redistribution	1997:3
Vietnam 1997: Managing the Transition to Free Trade: Vietnamese Trade Policy for the 21st Century	1997:4
Ethiopia 1996: Government legitimacy, Aid and Sustainable Development	1997:5
Vietnam 1997:2 Small, Medium, or Large?	1997:6
Tanzania 1997 The Urge to Merge: The Revival of East African Cooperation	1997:7
Laos 1997: The Poor and the Rich	1997:8

Country Economic Reports

Zimbabwe: Structural Adjustment and Productivity: A Study of the Manufacturing and Agricultural Sectors	1998:1
Uganda: Towards Results-Oriented Economic Management?	1998:2
Ethiopia: Regional and Business Sector Challenges	1998:3
Kenya: From Chaos to Prosperity?	1998:4
Angola: More Oil and Financial Problems	1998:5
Guinea-Bissau: Going into High Gear	1998:6
Cape Verde: The Economics of Mudança	1998:7
Vietnam and the Asian Crisis: Causes, consequences and cures	1998:8
Cambodia: The Challenge of Productive Employment Creation	1998:9
Sri Lanka: Institutions, Economic Policies and Economic Growth	1999:1
Tanzania: Cost-Sharing in Development Projects Principles, Practice and Problem	1999:2
Mozambique in a Post-Washington Consensus Perspective	1999:3
Moçambique: Numa Perspectiva do Consenso Pós-Washington	1999:3
Kenya:Economic Reforms with Labour Market Rigidities; The Kenya Experience	1999:4
Uganda: Uganda at the End of the 1990s: A Medium-Term Assessment	1999:5
Zimbabwe:Employment, Labour Market Reform and Trade Liberalisation Zimbabwe 1990-1997	1999:6

Country Economic Reports

Mozambique: Dutch Disease in Mozambique?	2000:1
Rwanda: Rwanda Looking Ahead: Reconciliation, reform and Regional Stability	2000:2
Sri Lanka: Dispersed Industrial Pattern for Reducing Poverty and Regional Inequality in Sri Lanka	2000:3
Tanzania: Tanzania 1999: Obstacles to Private Sector Growth	2000:4
Eritrea: Eritrea 1999: A bleeding country that never kneels down	2000:5
Moçambique: Doença Holandesa Moçambique?	2000:6
Laos: Emerging Rice Market in Laos?	2000:7
Cape Verde: Putting New Life Into Reform Policy, And Then...	2000:8
Cabo Verde: Dando Vida Nova à Política de Reformas, e depois.....	2000:9
Zimbabwe: Maize Markets in Zimbabwe	2000:10

Country Economic Reports

Cambodia 1999–2000	2001:1
Land, Labour and rural Livelihood in Focus	
Poverty in Mozambique	2001:2
Tanzania 2000	2001:3
Growth, Multilateral Debt Relief and Program Aid	
Pobreza em Moçambique	2001:4



AGÊNCIA SUECA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO
S-105 25 Stockholm, Suécia
Tel: +46 (0)8-698 50 00. Fax: + 46 (0)8-20 88 64
Homepage: <http://www.sida.se>